

## CULTURA, NATUREZA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS:

o Norte de Minas como síntese da nação brasileira<sup>1</sup>

No médio São Francisco, zona de transição entre ecossistemas diversos, estruturou-se e organizou-se uma sociedade com características próprias, em que o eixo crucial consiste na articulação de diversidades culturais, de identidades contrastivas, de racionalidades díspares, mas complementares, e de projetos civilizatórios construtores da civilização brasileira, que permitem pensar o Norte de Minas como a síntese de nossa nacionalidade. Essa complexidade social, cultural, civilizatória e política tem sido obliterada ao longo de sua trajetória histórica pelo lugar subalterno ocupado no interior da sociedade mineira, que se diz o *locus* da brasilidade, ao mesmo tempo em que a conformação da estrutura cultural regional desliza para a articulação entre o nativo e o estrangeiro o papel fundamental para a conso-

lidação de uma idade do ouro, posta sempre no futuro e, dessa forma, desvalorizando a riqueza construída em sua historicidade.

*Diversidade ambiental: uma questão de natureza ou de cultura?*

Na geografia regional o ambiente natural se caracteriza pela existência de uma diversidade de nichos ecológicos distintos entre si, que para Dayrell,

puede ser explicada por el hecho de la región estar situada en un área de contacto de distintos ecosistemas, que se inter penetran en una amplia faja de transición, correlacionadas con diferentes formas de relieve y con una gradiente decreciente de precipitaciones anuales (1998, 64).

Em uma área de 120.000 km<sup>2</sup>, o território norte-mineiro, do ponto de vista ambiental, é composto pela interpenetração dos Cerrados, da Caatinga, da Mata Seca e da

<sup>1</sup> Agradeço a Simone Narciso Lessa as conversações sobre a questão que abordo neste artigo, como também sobre diversas outras questões. Nossas conversas permitem clarear algumas idéias e interpretações. Entretanto, afirmo que a responsabilidade pelo texto é minha.



Flor de mangaba na beira da chapada – Minas Novas – MG

Mata Atlântica entre si. Não sou ambientalista e o meu objetivo é discutir questões culturais e por isto deixo a questão do aprofundamento destas discussões ecológicas para quem de direito. Apenas quero caracterizar, minimamente, esses quatro nichos ecológicos que conformam o Norte de Minas como uma zona de transição ambiental.

O domínio dos Cerrados<sup>2</sup> é composto por diversos ambientes que as populações regionais classificam como sendo cerradão, gerais (categoria que contém as diversas formas de cerrado classificadas pelos botânicos), vazante (florestas galerias), veredas, barrancos (as matas das margens dos rios) e caatinga. É necessário enfatizar a transição deste domínio com o da Caatinga, mas a população norte-mineira não compreende os dois como biomas distintos, são regionalmente vistos como parte de uma totalidade ambiental. Depois volto a esta questão, a questão da natureza ou da cultura? No Brasil, como um todo, os Cerrados destacam-se como unidades fitofisionômicas pela sua grande expressividade quanto ao percentual de áreas ocupadas. Dependendo do seu adensamento e condições edáficas, podem apresentar mudanças diferenciadas denominadas de cerradão, campo limpo e cerrado, entremeadas por formações de florestas, várzeas, campos rupestres e outros.

O domínio da Caatinga, regionalmente, possui duas formações vegetais, a caatinga arbórea situada no vale do Rio Verde Grande e a caatinga arbustiva situada, no mesmo vale, já na fronteira com o estado da Bahia e em algumas áreas pontuais. Esse domínio tem uma fisionomia de deserto, com índices pluviométricos muito baixos, em torno de 500 a 700 mm anuais. A temperatura se situa en-

tre 24 e 26 graus e varia pouco durante o ano. Além dessas condições climáticas rigorosas, a região das Caatingas está submetida a ventos fortes e secos, que contribuem para a aridez da paisagem nos meses de seca. Neste período, o sol forte acelera a evaporação da água das lagoas e rios que, nos trechos mais estreitos, secam e param de correr. Quando chega o verão, as chuvas encharcam a terra e o verde toma conta da área deste domínio. Na longa estiagem, os sertões são, muitas vezes, semi-desertos e nublados, mas sem chuva. A vegetação adaptou-se ao clima para se proteger. As folhas, por exemplo, são finas, ou inexistentes. Algumas plantas armazenam água, como os cactos, outras se caracterizam por ter raízes praticamente na superfície do solo, para absorver o máximo da chuva.

O domínio da Mata Seca, existente apenas no Norte de Minas em todo o Planeta Terra, encontra-se situado na região onde se localiza o município de Montes Claros, mas não está restrito a este município, ampliando-se por outras áreas municipais. Esse domínio é, muitas vezes, situado como parte dos Cerrados. Apresenta-se como um tipo de formação florestal não associada a cursos d'água e apresenta diferentes índices de decidualidade durante a estação seca que conformam diferenças no interior deste domínio, ou seja, há a Mata Seca Sempre-verde, a Mata Seca Semidecídua e a Mata Seca Decídua. Os dois primeiros tipos de formação ocorrem sobre solos desenvolvidos, por um lado, em rochas básicas de alta fertilidade, ou seja, sobre terra roxa estruturada e, por outro lado, em áreas de média fertilidade, ou seja, em locais onde ocorre latossolo vermelho-escuro. A Mata Seca Decídua em geral ocorre sobre afloramentos de rochas calcárias. O estrato arbóreo apresenta altura que varia entre 15 e 25 metros.

---

<sup>2</sup> Na gramática cultural norte-mineira esse bioma é nomeado no plural em decorrência das diversas formações que nele existem e que a população regional distingue, enquanto na gramática científica sua nomeação é singular.

O domínio da Mata Atlântica localiza-se em área lindeira ao Rio São Francisco em sua margem direita na região dos municípios de Januária, Itacarambi e Manga. Essa formação vegetal se expreme entre o leito do rio e a formação cárstica por meio do qual o solo se eleva nesta área norte-mineira. A formação florestal recebe várias denominações: floresta latifoliada tropical úmida de encosta, que indica tratar-se de floresta sempre verde, cujos componentes em geral possuem folhas largas, que é vegetação de lugares onde há bastante umidade o ano todo, e, finalmente, que é vizinha da costa ou acompanha a costa. A segunda denominação, mata pluvial tropical, informa a existência de floresta cujos componentes têm folhas largas, situa-se nos trópicos úmidos e vive em encostas. E, finalmente, mata atlântica, denominação mais geral, indica sua vizinhança com o Oceano Atlântico. E desta vizinhança decorre a umidade transportada pelos ventos que sopram do mar. Como consequência dessa umidade surge a possibilidade de terem seus componentes, na maioria, folhas largas. E, ainda, esta umidade constante aliada às altas temperaturas garante o caráter de vegetação perenifólia, ou seja, existência de folhas que não caem antes de as novas estarem já desenvolvidas. Portanto, por receber muita energia radiante e pelo alto índice de pluviosidade, trata-se de uma floresta exuberante, de crescimento rápido, e sempre verde, ou seja, as folhas não caem.

Mas voltemos à questão que ilumina esta seção, ou seja, o entendimento da população norte-mineira da existência de uma totalidade ambiental. Na antropologia, há a compreensão de que a natureza não é natural, mas cultural. Para Durkheim e Mauss (1981), a classificação da natureza é homóloga à forma como a sociedade se vê discursivamente,

então posso afirmar, também, que o conteúdo gramatical que informa o meio ambiente é replicado a partir do conteúdo gramatical de como a própria sociedade vê a si mesma e se representa. Para Lévi-Strauss (1986), as coisas sociais<sup>3</sup> são boas para pensar a própria sociedade, ou, dizendo de outra forma, como a sociedade norte-mineira vê o ambiente onde se encontra localizada é a forma como vê a si mesma, ou seja, como uma totalidade ambiental, por um lado e, por outro, ela é uma sociedade integrada e uma cultura específica. Isto não quer dizer que nessa sociedade a cultura construída seja homogênea. A diversidade é uma marca indelével na vida social e cultural norte-mineira.

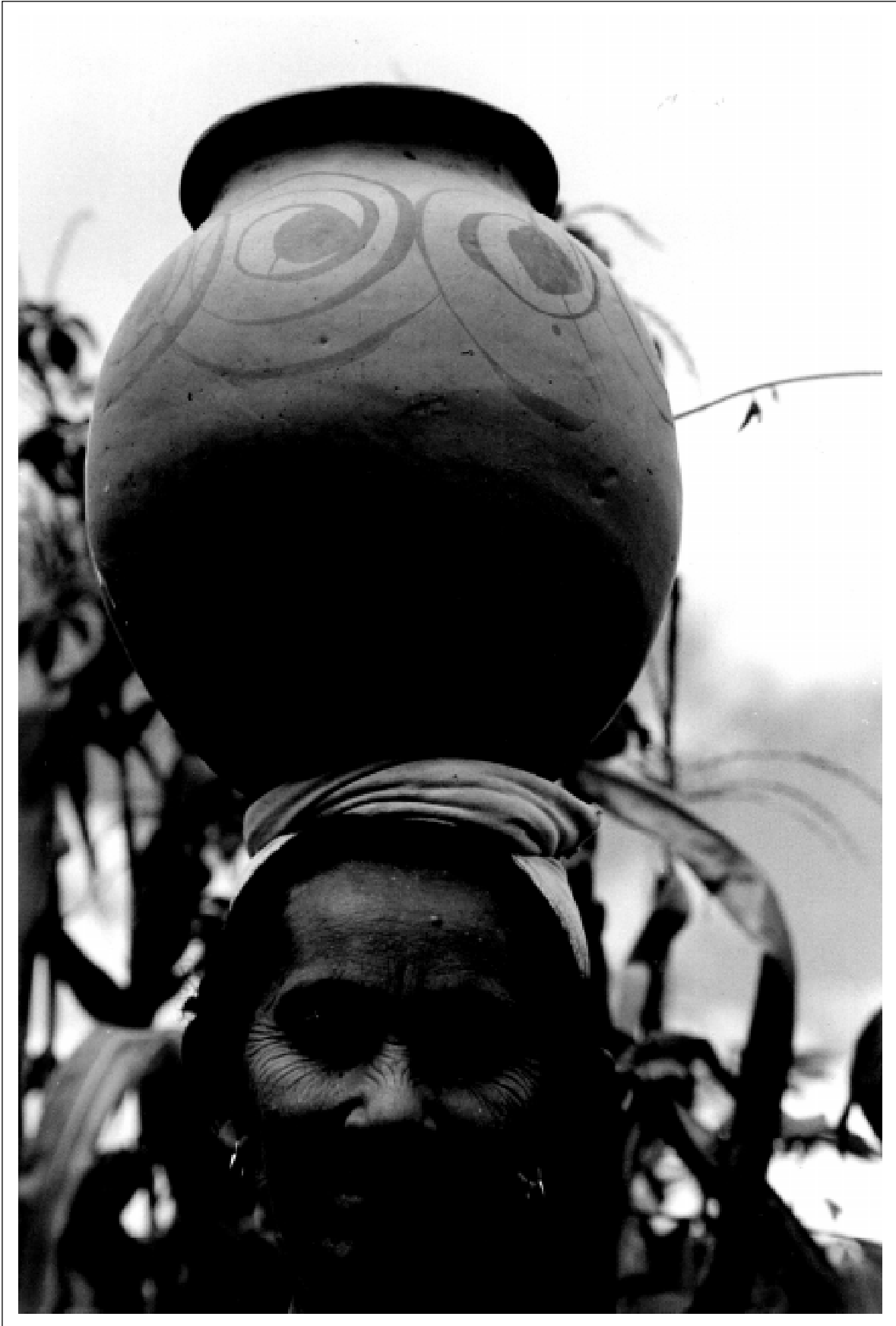
Passemos a olhar a sociedade norte-mineira desde dentro considerando o evento que se considera aquele que lhe dá fundação.

#### *As diversidades culturais antes dos bandeirantes*

No território onde se localiza a sociedade norte-mineira existiram diversas sociedades indígenas. Em seu livro sobre a terra mineira, Nelson de Senna (1926, 51 e passim) apresenta as sociedades indígenas que existiam nessa área, dentre elas, os Abatirá, na margem direita do São Francisco; os Amoipira, que vindos de Pernambuco e Bahia se localizaram na margem esquerda; os Acoroá, que no século XVII vieram de Goiás para as margens dos rios Paracatu e Urucuia; os Bokeré, que viveram nas matas do Jequitinhonha, em sua margem esquerda, até fins do século XIX; os Canacan, que vindos da Bahia pelo Rio Pardo de Minas faziam correrias e assaltos durante o século XVIII e começos do século XIX; os Kariri, que desceram do Ceará e em Januária se misturaram com os Kayapó, vindos do Mato Grosso nos anos 1720<sup>4</sup>;

<sup>3</sup> A natureza e a sua classificação é uma coisa socialmente construída.

<sup>4</sup> O descimento dos Kariri ocorreu algum tempo após a derrota para o exército comandado por Mathias Cardoso de Almeida, que lutou contra sociedades indígenas confederadas sob a liderança dos Kariri, evento denominado na historiografia como Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Kariri.



Mulher e pote – busca de água – Salinas – MG

os Catiguaçu, que viviam entre os rios São Francisco e o Jequitinhonha; os Catolé, situados entre os rios Pardo e Verde Grande; os Dendy, que se localizavam nas chapadas da Serra Geral; os Goiano; os Guayba, que viviam em ilhas do Rio São Francisco em frente à cidade de São Romão; os Kiriri, que desceram do Ceará após derrota dos confederados e se localizaram na área entre a cidade de Januária e o Rio Urucui; os Kraó, vivendo no sertão do Urucuia; os Krixá, vindos de Goiás com os Xakriabá na segunda década do século XVIII, e que se localizaram nas margens do Urucuia<sup>5</sup>; os Pataxó, que faziam correrias entre os rios São Francisco e Jequitinhonha e depois dirigiam-se para o litoral; os Piri-piri, que viviam na foz do Rio Gorutuba; os Rodela e os Tupinaen, que encontravam-se estabelecidos nas margens do Rio São Francisco<sup>6</sup>. Não é possível fazer descrição de seus modos de vida porque não foram estudados por ninguém. Sabe-se, apenas, por informações em documentação colonial, que na bacia do médio São Francisco localizavam-se estas sociedades indígenas.

Entretanto, é possível dizer, baseado em estudos em outras áreas onde ocorria a presença de mais de uma sociedade indígena<sup>7</sup>, que as mesmas não se encontravam isoladas

umas das outras, mas se articulavam em totalidades sociais hierárquicas ou simbióticas. Isso não quer dizer, contudo, que houvesse a presença de uma sociedade ou de um grupo que se caracterizasse como politicamente superior, propiciando a constituição de uma organização em que o Estado se originasse<sup>8</sup>. Por sociedade hierárquica, Ramos (1980) quer dizer da existência de relações assimétricas de *status* em oposição e relações de classe, em que ocorrem relações de sujeição e dominação. E por sociedade simbiótica essa mesma autora informa a ocorrência de complementariedade de relações entre as etnias vinculadas em condições de igualdade.

E, finalmente, a historiografia paulista e baiana, por meio das quais é possível compreender a *história da raiz*<sup>9</sup> da sociedade norte-mineira, constituída com a chegada de bandeiras paulistas, nos informa a existência de uma outra característica societária no interior da bacia do médio São Francisco: a presença de pequenos agrupamentos de africanos e seus descendentes que, fugindo da escravidão, deram origem a quilombos. Nada mais além de se saber sobre a presença dos mesmos, porque deveriam ser exterminados, pode ser encontrado na documentação colonial.

<sup>5</sup> Como os Kayapó, os Krixá, os Kraó e os Xakriabá emergem na história da sociedade do médio São Francisco na segunda década do século XVIII quando fugiram à penetração colonial em seu território na região de Mato Grosso.

<sup>6</sup> Como é possível se ver pela denominação das etnias indígenas que existiam no Norte de Minas, não há nenhum grupo tapuia, apesar da informação histórica e da memória regional da presença dos mesmos no território norte-mineiro. Estudos antropológicos e lingüísticos sobre as sociedades tupi-guarani evidenciaram que com o termo “tapuia” esses indígenas queriam informar a existência de homens bravios. Em seu estudo sobre os índios do Brasil, Melatti (1983) informa que os tapuias eram grupos vinculados ao tronco lingüístico Macro-Jé de conformação social guerreira e que, por isso mesmo, viviam em conflitos permanentes com os indígenas do tronco lingüístico tupi-guarani.

<sup>7</sup> Vide os estudos de Ramos (1980) sobre articulações entre grupos indígenas que formavam hierarquias ou estavam simbioticamente relacionados entre si.

<sup>8</sup> Clastres (2003) estudando a Sociedade Guaiacul informa a impossibilidade da emergência do Estado devido a esse povo indígena, naquela perspectiva marxista de que a infra-estrutura determina a superestrutura, ter como aspecto crucial de sua vida a própria sociedade. Quando ocorriam conjunturas em que começava-se a emergir um grupo organizando-se politicamente para se constituir como Estado, apareciam profetas pregando a necessidade da busca da “terra sem males”, isto é, sem a presença do Estado. Desta forma, para o etnógrafo francês, os grupos indígenas brasileiros não constituíram organizações políticas superiores porque sempre optaram pela supremacia das relações sociais sobre quaisquer outras.

<sup>9</sup> Utilizo uma categoria social recorrentemente encontrada nas comunidades rurais norte-mineiras por onde tenho andado em meus estudos e em meus trabalhos desde os anos 1980. Com essa categoria são relatados os primórdios dessas comunidades, quando algum parente deu fundação ao mundo social em que seus membros vivem.

Como no caso das sociedades indígenas, entretanto, os estudos sobre os quilombos podem nos lançar alguma luz sobre a vida dessa população. Ela se localizou, principalmente, mas não exclusivamente, no interior da floresta de caatinga arbórea existente no vale do rio que, posteriormente, passou a ser denominado como Verde Grande.

Os quilombos foram localizados a partir de duas dinâmicas distintas. Por um lado, os escravos fugidos não queriam nenhum contato com a sociedade escravocrata e, para tanto, percorreram o território que viria a ser brasileiro em busca de lugares que fossem áreas que os índios não habitassem. Por outro lado, os escravos fugidos queriam manter alguma forma de contato com a sociedade escravocrata, mas buscavam áreas que os portugueses e seus descendentes recusavam por alguma razão, mesmo que estivessem próximas às povoações. A essas duas dinâmicas se conceituou como barreiras estruturais, ou seja, ocorria algum impedimento para o estabelecimento de relações desde fora, seja por questões naturais, como a existência de malária, de corredeiras e cachoeiras, serras íngremes, furnas ou vãos, “nos cafundós do Judas”, dentro de florestas, etc, ou seja por questões sociais, terras que não tinham nenhum valor econômico, principalmente.

Nesses locais, os africanos e seus descendentes constituíram pequenas comunidades com algum tipo de produção agrícola, pecuária, extrativista, mineratória e, em poucas, como praça de guerra. As diversas pequenas comunidades mantinham entre si vínculos sociais para proteção do território negro. Esses vínculos estruturavam redes de parentesco no interior de quilombos, também chamados de mocambos ou calhambos.

No caso dos africanos e seus descendentes vivendo no vale do Rio Verde Grande, em decorrência da presença de um grande núme-

ro de lagoas formadas nas dolinas no interior da floresta de caatinga arbórea, devido à umidade, havia o cultivo de produtos agrícolas, notadamente, mandioca, milho, arroz, feijão e fava, banana, dentre outros produtos, nas margens dessas lagoas, regionalmente conhecidas como furados. Assim, as comunidades quilombolas construíram uma agricultura de furado que propiciava fartura de alimentos no período da seca e que, nas grandes secas regionais, propiciava fornecer alimentos para as povoações brancas vivendo nas encostas das serras que circundam o vale do mesmo rio ou mesmo que se situavam nas chapadas dessas mesmas serras. O gado bovino era criado solto no interior da floresta, possibilitando, posteriormente, dar origem a diversas localidades com denominação de Gado Bravo, Gado Velhaco, Barreiro do Rio Verde, Barreiro da Raiz, dentre outras.

Estudando os Xacriabá, Santos (1997) informa a ocorrência de contatos entre antigos membros dessa sociedade indígena e de negros aquilombados no interior da floresta de caatinga arbórea existente no vale do Rio Verde Grande. Essa informação nos permite afirmar a existência de alguma forma de vínculo entre indígenas e quilombolas, muito mais numa perspectiva de simbiose do que numa perspectiva hierárquica. Nesse sentido, Costa Silva (1998), estudando o quilombo de Rio das Rãs, situado no território baiano, nas proximidades de Bom Jesus da Lapa, e constituinte da mesma formação negra do vale verdegrandense, informa a existência de vinculações entre populações não-brancas, conformando uma imensa sociedade com uma racionalidade, baseada na reciprocidade e na solidariedade, onde a competição e a concorrência entre grupamentos étnicos distintos não se verificava.

Em resumo, podemos dizer que antes da chegada dos portugueses e seus descendentes, existia na área média da bacia do Rio São

Francisco uma sociedade multicultural e multiétnica, organizada pelos princípios de reciprocidade e solidariedade, com relações sociais articuladas fortemente por parentesco e, possivelmente, por casamento interétnico, por ser esta uma característica das sociedades indígenas brasileiras<sup>10</sup>. Assim, consolidou-se nesta área sanfranciscana uma sociedade de encontros e de liberdade, que não era tardia, porque verificada na prática social e cuja característica é legada à sociedade que se forma com a presença dos brancos.

#### *A articulação de projetos civilizatórios no cenário regional*

A partir dos anos 1610, conforme Taunay (1948) em seus estudos sobre a história geral das bandeiras paulistas, o vale do Rio São Francisco começou a ser percorrido por bandeiras anônimas, sendo que uma delas se fixou em sua parte média e deu partida ao povoamento dessa área. Nesse período, por um lado, o território da margem esquerda estava vinculado à Capitania da Bahia até às cabeceiras e percurso do Rio Vahum<sup>11</sup> e, por outro, o território da margem direita era parte da Capitania de Pernambuco até as cabeceiras e percurso do Rio Paracatu. Com o início do povoamento e a introdução da pecuária, essa área passou a ser conhecida como *Currais da Bahia* e *Currais de Pernambuco*. Em seus estudos sobre o Norte de Minas, o intelectual regional Simeão Ribeiro Pires (1979) informa a impossibilidade dos currais baianos e pernambucanos se localizarem em área que não o médio vale sanfranciscano, devido à

ausência de vegetação propícia para o criatório bovino fora dessa área.

A chegada da bandeira anônima paulista capitaneada por Mathias Cardoso de Almeida<sup>12</sup> constituiu-se, pois, como o *evento fundante* da sociedade pastoril situada no atual Norte de Minas<sup>13</sup>. Antes de entrar na argumentação sobre a formação dessa sociedade, gostaria de colocar uma questão, crucial para os nortemineiros, cujos historiadores locais, com exceção dos moradores da cidade de Matias Cardoso, ao construírem historiografias focalizadas em seus municípios, cindem a bandeira que povoou o território regional e colocam toda a ação apenas na figura de um de seus membros, obliterando, assim, o papel da bandeira como uma organização social. O que era uma bandeira? Para Cassiano Ricardo (1956), as bandeiras eram grupos sociais organizados por parentesco e compadrio e mantidos vinculados por relações de solidariedade e reciprocidade. Cada grupo social constituía-se como um corpo de guerra em luta contra sociedades indígenas e grupos quilombolas que se recusavam ao aprisionamento. Os vínculos por parentesco e por relações de solidariedade e reciprocidade propiciaram eficácia na consecução da obra de ocupação e povoamento dos territórios invadidos, apesar de suas armas de fogo, que não faziam parte do arsenal dos inimigos. Como os vietnamitas frente aos Estados Unidos, indígenas e quilombolas conheciam o território e usufruíam do saber que possuíam para se deslocar e se esconder, não apenas para emboscadas como, também, para interstícios entre batalhas.

<sup>10</sup> *Levis-straussianamente* pode-se dizer da existência de um comércio de mulheres nestas relações interétnicas, propiciando o estabelecimento de alianças, tanto entre sociedades indígenas como entre sociedades indígenas e comunidades quilombolas.

<sup>11</sup> Simeão Ribeiro Pires (1979) informa tratar-se do Rio Paraopeba, que nasce nas cercanias de Ouro Preto e deságua no Rio São Francisco.

<sup>12</sup> Para facilitar o entendimento do leitor faço a grafia do nome do bandeirante com “th” (Mathias) e da cidade sem o “h”, ou seja, Matias.

<sup>13</sup> Paul Ricoeur (1997), ao discutir *Tempo e Narrativa*, argumenta que as coisas propriamente sociais possuem um momento de fundação que ele considera como o evento fundante dessas mesmas coisas sociais.





Tronco de Cagaita – Rusticidade – Turmalina – MG

Cada bandeirante fundador de uma povoação norte-mineira não veio para a região sozinho. Ele era parte da bandeira capitaneada por Mathias Cardoso de Almeida. Os outros membros eram seus irmãos, cunhados e alguns compadres, além dos escravos indígenas e negros.

Localizados inicialmente nas margens do Rio Verde Grande, quase em sua foz com o Rio São Francisco, os membros da bandeira travaram lutas contra as sociedades indígenas aqui existentes, objetivando escravizar os seus membros para comercializar os indivíduos em Salvador ou na Vila de São Paulo. Nesses mesmos locais, ao entregarem pares de orelhas salgadas, eram pagos com cabedais, porque nesse período às administrações só interessava a morte dos africanos e seus descendentes que viviam em quilombos. Entretanto, devido à uma enchente do Rio Verde Grande, abandonaram o local e se fixaram nas margens do Rio São Francisco, onde ainda hoje existe o Arraial do Meio, no município de Matias Cardoso. Por alguma razão que nenhum historiador informa, houve a mudança dos mesmos para outra área onde fundaram o Arraial de Morrinhos, onde hoje se localiza a cidade que homenageia o fundador do Norte de Minas. Esse arraial foi também conhecido como Arraial de Mathias Cardoso ou de Januário Cardoso, o seu único filho legítimo<sup>14</sup>. Em uma ida a São Paulo no ano de 1674, quando deveria acompanhar Fernão Dias Paes, iniciava a sua busca das esmeraldas, que não passavam de turmalinas. Mathias Cardoso de Almeida trouxe consigo algumas cabe-

ças de gado, por compreender a riqueza alimentar que a vegetação da área propiciava ao gado bovino<sup>15</sup>.

Neste mesmo período, Antônio Guedes de Brito, que fizera parte de uma Junta Governante da Capitania da Bahia e do Governo Geral do Brasil, assumiu o compromisso de lutar contra indígenas e quilombolas que vinham atacando a zona açucareira do Recôncavo e recebeu, para tanto, a famosa sesmaria de 160 léguas do Morro do Chapéu até as nascentes do Rio Vaihum, dando formação à Casa da Ponte. Enquanto percorria as terras de sua sesmaria, foi acometido de doença e retornou antes que chegasse às margens do Rio das Velhas. Nesse seu périplo, encontrou os criadores de gado que tinham sido bandeirantes sob as ordens de Mathias Cardoso de Almeida. Esse é um fato histórico da maior importância: o encontro dos paulistas que subiram e se fixaram no médio São Francisco e a subida dos baianos que, ao se depararem com os criadores de gado, estabeleceram relações. Um fruto desta relação, alguns anos mais tarde, é o casamento do irmão caçula do líder da bandeira, Salvador Cardoso de Oliveira com Maria da Cruz.

Logo após retornar ao seu arraial, quando deixou um grupo de seus homens com Fernão Dias Paes, e após a morte deste, foi chamado à Vila de São Paulo para acompanhar Dom Rodrigo Del Castel Blanco, espanhol responsável pela administração da colônia brasileira durante a vinculação de Portugal ao Reino de Espanha. Enquanto viajou com o mesmo,

<sup>14</sup> Em um artigo a ser publicado brevemente na revista *Humanidades*, da Funorte, apresento uma argumentação mais complexa sobre o processo de ocupação e povoamento do Norte de Minas. Ao trabalhar com a historiografia e a memória da população da cidade de Matias Cardoso, onde fiz uma pesquisa que foi base para a minha tese de doutoramento, pude desanuviar o cenário de algumas passagens nebulosas sobre a “história da raiz” norte-mineira.

<sup>15</sup> Informo que todas as informações que utilizo para descrever o início do povoamento da região norte-mineira e de formação da sociedade que aí se construiu estão baseadas na obra de Afonso de Taunay (1948), Capistrano de Abreu (2000), Francisco Carvalho Franco (1940), Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1980), Urbino Viana (1935), Luís dos Santos Vilhena (1969), Simeão Ribeiro Pires (1979), Salomão de Vasconcellos (1944), Brazilino Brás (1977) e Alberto Vieira de Araújo (1970).

aprendeu táticas de guerra que, posteriormente, serão de grande valia para o seu grupo.

Enquanto as fazendas fundadas nas margens dos rios São Francisco, Verde Grande, Gorutuba, das Rãs, Preto, Urucuia e Pardo se consolidavam, os paulistas, já vinculados com baianos e pernambucanos, iniciaram a comercialização do gado e de gêneros alimentícios, além de caçaça, na zona açucareira do Recôncavo e na cidade de Salvador, ao mesmo tempo em que levavam avante o objetivo inicial da bandeira: aprear índios para serem vendidos como escravos e exterminar quilombos. De certa forma, deram continuidade à missão assumida pelo chefe da Casa da Ponte.

Nos anos 1680, devido à fama que ganhou no apreamento de índios, em decorrência do início dos conflitos da Confederação Kariri, ou Guerra dos Bárbaros contra os portugueses e seus descendentes, Mathias Cardoso de Almeida foi solicitado pelo Governo Geral a coordenar a contra-ofensiva financiada pela Administração Colonial. Após acordo, torna-se o Governador Absoluto da Guerra, tendo sob sua liderança toda a força militar das Capitânicas do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e da Bahia, consegue constituir seu arraial como vila e fundar a primeira paróquia em território que posteriormente passou a pertencer a Minas Gerais.

Os conhecimentos sobre táticas de guerra adquiridos com Dom Rodrigo Del Castel Blanco foram de suma importância para a sua condução nos conflitos. Formou um exército de 1200 homens divididos em dois batalhões sob sua coordenação, sendo que o primeiro saiu da Vila de São Paulo e parou em seu arraial enquanto esperava o segundo, que se juntou ao primeiro um ano depois. Nesse ínterim, enviou um grupo de vanguarda visan-

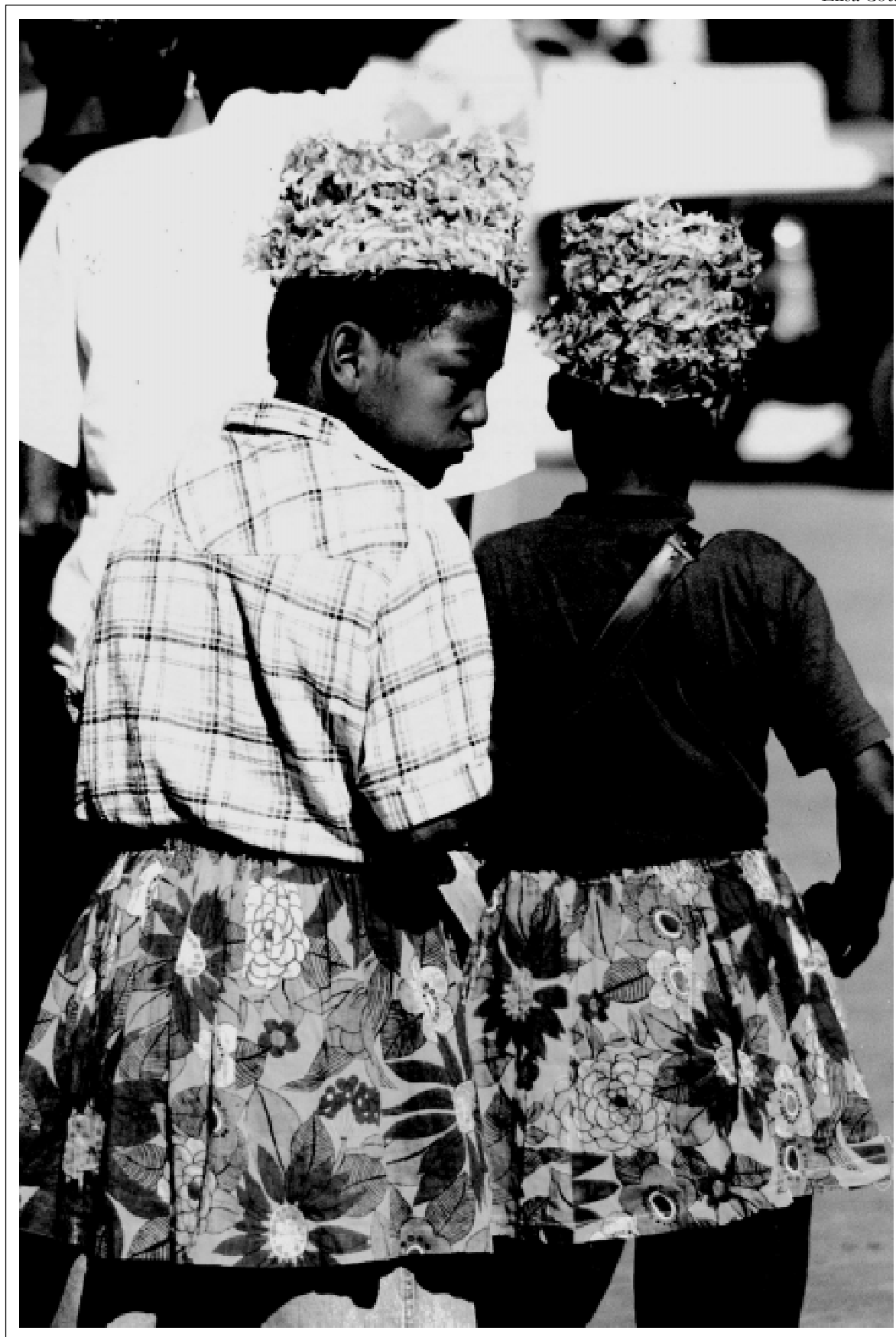
do informar à população que encontrasse até o destino, fazer plantios agrícolas que alimentariam o exército no percurso até a área em conflito e, no próprio local da guerra, estabelecer o local do acampamento central.

Após se fixar na região de Açú, Mathias Cardoso de Almeida deu início à guerra. Após diversas batalhas e a morte de um filho ilegítimo, quase no final dos conflitos, quando já havia conseguido estabelecer um tratado de paz com os indígenas que foram aprisionados, o Governador da Guerra decidiu retornar ao seu arraial. Entretanto, enviou um grupo de seus homens para ajudar a Domingos Jorge Velho a vencer a guerra contra os negros aquilombados na Serra da Barriga, o famoso quilombo de Palmares.

Ao retornar em 1695, Mathias Cardoso de Almeida recebeu da Coroa Portuguesa, em reconhecimento pelo seu feito, uma sesmaria das cabeceiras dos rios Pardo e Doce ao Rio São Francisco, além da autonomia administrativa por duas gerações. Essa é uma informação pouco comentada, a não ser pelo historiador das bandeiras paulistas, Afonso de Taunay. O que significava a autonomia administrativa nesse período? Os criadores de gado dos *Currais da Bahia* não precisavam se reportar à administração de nenhuma capitania e nem mesmo do governo geral. Creio ser possível afirmar que, neste período, teria havido uma Colônia São Francisco no sertão da Colônia Brasil, assim como houve a Colônia Grão-Pará ao norte e a Colônia Cisplatina ao sul.

Em 16 de julho de 1696, é encontrado ouro de aluvião em um local de um ribeirão nas cercanias do Pico do Itacolomi, que recebeu o nome de Mata Cavalos no curso do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. A descoberta do ouro dá fundação à sociedade mineradora, situada em uma região que veio a se chamar, posteriormente, Minas Gerais, devido à quantidade de lavras e minas existentes na área<sup>16</sup>. Imediatamente, os

<sup>16</sup> O nome Minas Gerais para uma área maior que a da exploração aurífera só ocorreu em 1720, com a criação da Capitania de Minas Gerais. Antes a região era conhecida como Minas do Ouro ou Minas de São Paulo.



Banda de Taquara – Comunidade de Bem Posta – Minas Novas – MG

bandeirantes que andavam à procura do ouro e de pedras preciosas lançaram-se na mineração, entretanto, conforme informação de Antonil (1997), tiveram que abandonar a exploração aurífera em decorrência da falta de alimentação. Esse é um evento que se repete em 1698, 1700 e só não acontece novamente em 1702, porque em 1701 os membros da sociedade pastoril dos *Currais da Bahia*, que deixaram de comercializar gêneros alimentícios com o Recôncavo e com Salvador, passaram a direcionar o comércio com a zona de mineração.

Se o ouro foi o evento que fundou as Minas Gerais, o estabelecimento de comércio entre as sociedades pastoril e mineradora constitui-se a fundação e consolidação da sociedade mineira. Nesse sentido, o historiador mineiro Salomão de Vasconcelos (1944), apesar de narrar os fatos ao contrário conforme Taunay (1948), nos informa que

no particular, portanto, da Casa Mineira (...) o precursor dos caminhos, o povoador ancestral, foi, incontestavelmente, o vaqueiro do norte, a cujo esforço, conjugado logo depois com o do bandeirante do sul, *devemos precipuamente os alicerces da independência econômica, da ocupação territorial e da civilização do planalto* (1944, 22, grifos meus).

Os vínculos entre as duas sociedades foram propiciados pela dependência de gêneros alimentícios de uma e pela oferta, com fartura, da outra. Mafalda Zemella (1990), ao estudar o abastecimento da Capitania de Minas Gerais nos anos 1800, evidencia essa articulação primacial entre mineradores e pastores, até que a emergência da administração colonial, visando o monopólio da vida econômica na zona mineradora, instaura uma ruptura nesse processo, levando a região dos *Currais da Bahia* ao que se considera *isolamento*. Aqui, uma jóia regional, não considerada por suas

elites, que confere ao Norte de Minas o poder simbólico de constituir-se como sociedade fundadora e agente da consolidação da sociedade mineira.

Mas voltemos à questão do isolamento regional. A razão dessa ação por parte dos funcionários da Coroa Portuguesa se fundamenta no que esses mesmos funcionários consideraram como o “contrabando” do ouro. Lendo Antonil (1997), Simeão Ribeiro Pires (1979) nos informa que o contrabando, verdadeiramente, era a troca de gêneros alimentícios por ouro. Nesse período, uma vaca em pé custava dois quilos de ouro e um cavalo, como animal de carga, custava três quilos de ouro. A demanda por alimentos e por animais para o transporte era imensa e, para os mineradores, havia tanto ouro que o mesmo, na zona de mineração, perdeu seu valor frente ao valor, simbólico e físico, dos alimentos<sup>17</sup>.

Para colocar um fim no “desvio” do ouro, a administração colonial criou a Capitania de Minas Gerais, anexando parte dos *Currais da Bahia* em seu território. Assim, essa região passou a denominar-se Norte de Minas. Dois fatos de extrema importância estão vinculados a este momento. O primeiro é a perda da autonomia que Mathias Cardoso de Almeida e o seu filho Januário Cardoso de Almeida tinham em decorrência da pacificação do Nordeste. O segundo é a mudança na cobrança de impostos. Até esse período, os criadores de gado pagavam o dízimo, anualmente, a partir do que declaravam ter sido sua produção, mas, com a vinculação à nova Capitania, passaram a pagar o quinto, ou seja, por exemplo, a cada 100 vacas que conduzissem à região das Minas Gerais, tinham que deixar 20 cabeças nas fazendas de contagens

<sup>17</sup> Há uma teoria mercantilista que diz: “quanto mais há uma mercadoria e há a ausência de outra, tanto mais a primeira é desvalorizada e a segunda passa a ter valor maior do que usualmente em decorrência da carência da mesma”, mesmo que a primeira seja ouro e a segunda, gêneros alimentícios. Nesse período, os mineradores tinham ouro em abundância, mas eram carentes e necessitados de gêneros alimentícios e os criadores de gado tinham comida em abundância.

20. Tanto um fato quanto o outro foram golpes na sociedade pastoril norte-mineira.

**D**ecorre deste momento, creio, o desejo de autonomia norte-mineira. Conforme pesquisa de sociólogo sobre criação de estados no Brasil, essa região já processou, ao longo de sua história, 36 tentativas de separação<sup>18</sup>. Há um incômodo no norte-mineiro em estar englobado à sociedade mineira e o sonho da autonomia pode ser compreendido pelo fato de que nenhum município da região tenha a sua fundação comemorada, mas sim o momento de sua emancipação. A única exceção da regra é Montes Claros, que comemora o ano em que foi elevada à cidade, por um processo de invenção de tradição (Hobsbawn e Ranger, 1997) coordenado por Hermes de Paula<sup>19</sup>. Em 2007, a sociedade montesclarenses estará comemorando o sesquicentenário da cidade, mas não estará comemorando o tricentenário de sua fundação, que ocorre no mesmo ano. Uma outra interpretação é possível. Como a elite montesclarenses é quase toda ela descendente dos mineiros que para esta cidade vieram quando da introdução da estrutura de estado no Arraial das Formigas, eles quiseram evidenciar a atuação mineira na constituição da sociedade norte-mineira, obliterando o papel dos paulistas, dos baianos e dos pernambucanos no mesmo processo.

Mas, voltemos à descrição do processo histórico. Após a anexação, Januário Cardoso de

Almeida, até então governador da Colônia São Francisco, desenvolve intensa correspondência com a Coroa Portuguesa, visando manter a autonomia administrativa da região. Em decorrência dos vínculos com o governo da Capitania da Bahia e com o Governo Geral, há a solidariedade dos mesmos no pleito do filho de Mathias Cardoso de Almeida, que falecera em 1707. Apesar das tentativas, em 1736, o Conselho Ultramarinho informa que os antigos *Currais da Bahia* não se desmembrariam da Capitania de Minas Gerais.

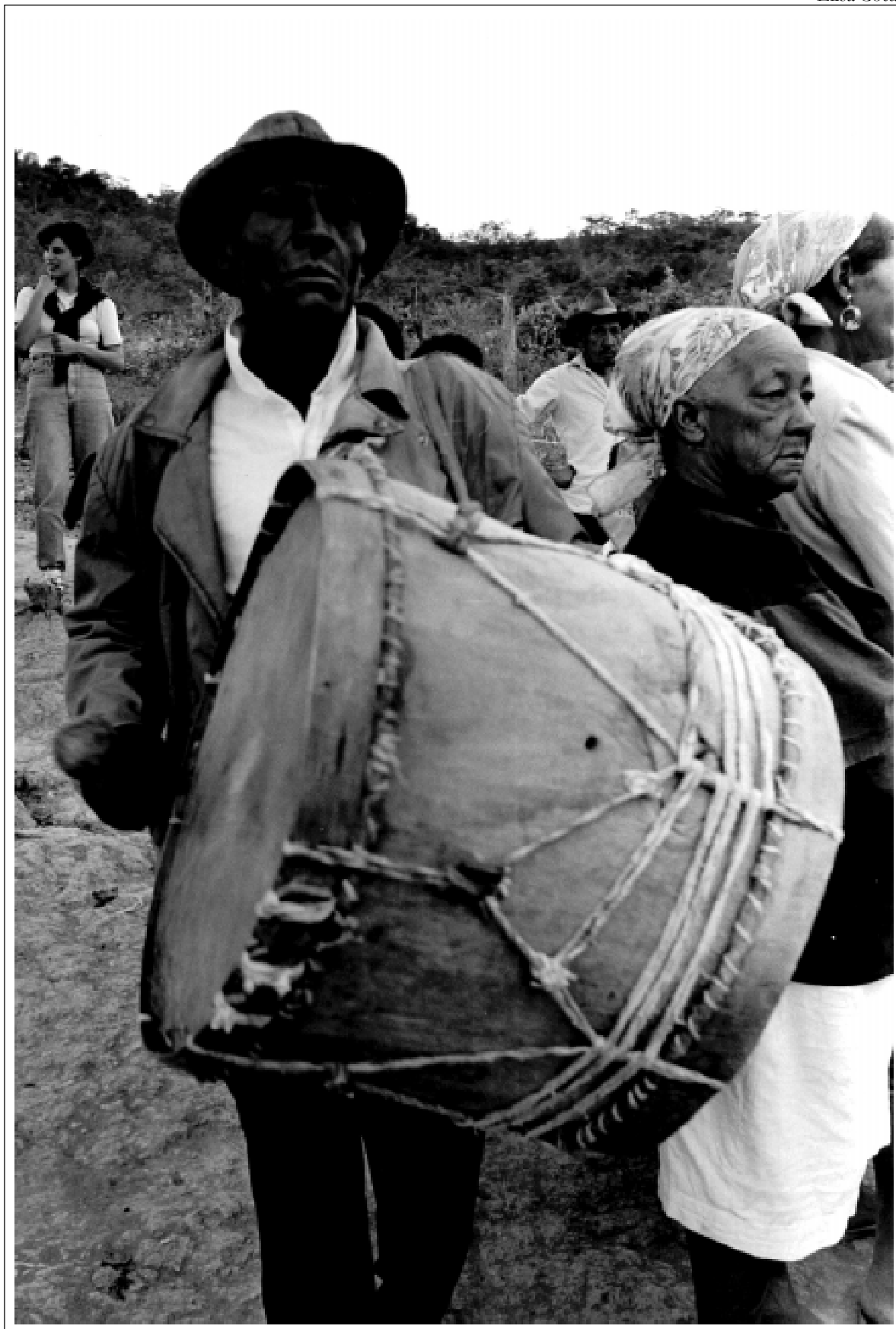
**E**m resposta, diversos membros da sociedade pastoril planejam um ataque à Vila Rica e a independência da região, mas, por descuidos de um membro dessa sociedade, a revolta, denominada pela administração colonial e pelos historiadores mineiros como “motins do sertão”, e por historiadores norte-mineiros como “Conjuração Sanfranciscana”, não se realizou. Fruto da atuação da milícia colonial em São Romão, diversos membros da sociedade norte-mineira em seus primórdios foram presos e julgados. Maria da Cruz foi presa, mas depois passou a residir em Salvador. Seu filho Pedro Cardoso ficou preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. André Gonçalves Figueira, filho de Antônio Gonçalves Figueira, foi deportado para a África, e, Domingos do Prado também ficou preso na Ilha das Cobras.

Com esse evento, começa o desmantelamento da organização política que existia na região, centralizada em Morrinhos, atual cidade de

---

<sup>18</sup> Hebert Toledo Martins defendeu tese de doutoramento sobre a criação de estados no Brasil, entretanto, não tratou do caso norte-mineiro, mas ao fazer levantamento de dados no Arquivo Público Mineiro e nos Anais da Câmara dos Deputados e no Senado Brasileiro, encontrou informações sobre essas tentativas de separações. Seu conhecimento sobre a questão foi-me repassado em conversa pessoal.

<sup>19</sup> Essa é uma questão mais política que histórica. Diversos acadêmicos, estudiosos da vida norte-mineira, têm colocado o fato de que o centenário de emancipação de Montes Claros ocorrera de fato em 1931. Entretanto, a comemoração do centenário de elevação da vila a cidade, fato que no período colonial significava apenas uma honorabilidade, foi propícia à elite local em expressar, performaticamente, a modernidade da sociedade. Nesse período, a elite mineira construiu o planejamento do desenvolvimento estadual, sendo que a região norte-mineira não estava contemplada nesse processo. Com o evento, uma tradição inventada, os montesclarenses queriam dizer à elite mineira que o Norte de Minas estava em condições de se desenvolver. Fato que só ocorreu quando o Governo Federal assumiu o processo de desenvolvimento regional e anexou a região à área de atuação da SUDENE e, efetivamente, financiou todo o desenvolvimento norte-mineiro.



Banda de Taquara – Comunidade de Bem Posta – Minas Novas – MG

Matias Cardoso, e a transferência do poder para a Vila Risonha, hoje cidade de São Romão.

Desculpe o leitor os saltos que darei na minha argumentação a partir daqui, mas interessam-me, apenas, algumas conjunturas, para dar fundamentação à minha interpretação.

Nos anos 1831, creio, em decorrência da necessidade de apoio político dos deputados e senadores mineiros, após a abdicação de Dom Pedro I e a emergência da Regência Trina, como forma de conseguir governabilidade ao país<sup>20</sup>, se dá início ao processo de estruturação do Estado no sertão sanfranciscano. Nesse período, famílias mineiras se deslocam para a região como funcionários do império e os arraiais são transformados em vilas com legislativo, tendo o poder executivo e organismos militares – coletor e judiciário. Dessa forma, os mineiros penetram na sociedade norte-mineira até então paulista, baiana e pernambucana.

Em fins do século XIX, com a chegada da Ordem Premonstratense, conhecida regionalmente como os padres de batina branca, dá-se partida ao processo de civilização dos norte-mineiros<sup>21</sup>, quando os sacerdotes introduzem modos de comportamento definidos como civilizados pelos europeus. Nesse momento, são criadas escolas, hospital, grupo de teatro, casa de caridade, asilo, banda de música e jornais.

Por esse mesmo período, imigrantes italianos se fixaram nos sopés da serra do Espinhaço,

na região de Porteirinha, Mato Verde, Rio Pardo de Minas e Riacho dos Machados, e introduziram uma racionalidade bastante diferenciada das racionalidades das populações das camadas inferiores da sociedade norte-mineira existentes na região. A vinda dos mesmos ocorreu no escopo das migrações estrangeiras para embranquecer a população brasileira, diante do medo apregoado pelo Conde Gabineau de que os brasileiros estavam fadados ao desaparecimento, por terem assumido o padrão miscigenador como norma nas relações entre as etnias que aqui se encontraram<sup>22</sup>.

Nos anos 1960, fruto do processo de desenvolvimentismo brasileiro, a região, ao ser anexada à área de atuação da SUDENE, passa por estruturação de infraestrutura de apoio ao capital, por modernização das fazendas, que se transformam em empresas, e por expansão das relações capitalistas de produção. Há um intenso êxodo rural, em decorrência das terras terras mercantilizáveis, e início do crescimento das cidades regionais, com migração da população rural expulsa do campo após perder, violentamente, as suas terras, e de trabalhadores qualificados para assumirem lugares nas indústrias que se instalaram em Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Várzea da Palma e Capitão Enéas. Há, ainda, a implantação dos projetos de irrigação em Pirapora, Porteirinha e Manga, dando origem ao *agrobusiness* que se instala na região.

Finalmente, meu principal argumento nesta

<sup>20</sup> Esse é um velho processo de se buscar a governabilidade, que, no momento atual, tem sido considerado como “mensalão”.

<sup>21</sup> Utilizo a conceituação que Elias (1994) faz sobre civilização. Ao estudar o processo civilizatório, tomando a Alemanha e a França, esse autor analisa a história dos costumes, concentrando-se nas mudanças das regras sociais e no modo como o indivíduo as percebiam, modificando comportamento e sentimentos.

<sup>22</sup> A teoria racial evolucionista na qual esse teórico e embaixador francês afirmava que cada raça separadamente possuía suas qualidades, mas que as misturas entre elas as enfraqueciam e estavam fadadas ao desaparecimento enquanto povo. O pavor da elite brasileira conduziu a uma política de incorporação de populações brancas para elevar o padrão populacional brasileiro, embranquecendo-o. Assim, havia uma política e, ainda há, uma ideologia do embranquecimento.



seção. No Norte de Minas, os principais processos civilizatórios que constituíram a nação brasileira se articularam<sup>23</sup>. Inicialmente, indígenas, africanos e seus descendentes, caracterizados por uma organização social baseada na reciprocidade e solidariedade e na constituição de uma territorialidade baseada em relações de parentesco e compadrio, que já se encontravam articulados entre si. Em seguida, os paulistas, com seu caráter expropriador e nômade, que, ao se fixarem no médio São Francisco, encontraram-se com baianos e pernambucanos, com seu caráter sedentário e patriarcal. Das articulações e alianças conjuntas deram formação à elite regional inicial, principalmente. Essas três correntes civilizatórias consolidaram uma sociedade específica com cultura própria e uma identidade singular que fazem os norte-mineiros “uma espécie diferente de gente”, única no Planeta, reconhecida a partir do seu sotaque, do seu comportamento e sentimentos, bem como pela pertença a essa região.

Mais de 150 anos depois chegam os mineiros com seu caráter cartorialista, ou seja, estruturador do Estado, assumindo o mando político de cada um dos arraiais transformados em vilas e se fazendo a elite de cada uma dessas povoações e da região como um todo. Ao final do século XIX, chegam os padres belgas para civilizar as sociedades locais e os imigrantes italianos para embranquecer a população regional. E, finalmente, os desenvolvimentistas, que ao se articularem com os norte-mineiros já civilizados pelos premonstratenses, processam o desenvolvimento regional.

A articulação e o imbricamento dessas várias correntes civilizadoras conferem ao Norte de

Minas a condição de síntese da nacionalidade brasileira. Essa é a maior jóia regional no contexto nacional, que lhe confere um poder simbólico ainda não usufruído pelas elites regionais.

*As populações tradicionais e as elites regionais: conjugação de lógicas diferenciadas*

Nesta seção, gostaria de retomar uma questão, para ampliá-la, que tratei em minha leitura sobre a cultura sertaneja (Costa, 1997) e que posteriormente vi referendada no grupo de estudos formado na Universidade de Brasília devotado ao entendimento do signo sertão e que diz respeito à coexistência de lógicas distintas de produção de espaços sociais e de territorialidades diversas. Nesse grupo de estudos contestou-se o imaginário que fazia dos sertões lugares de brancos. No seu estudo da dominação branca e da subordinação dos não-brancos vigentes no sertão, Costa Silva informa que, além da própria lógica da expansão colonial, ocorria a produção de um espaço social branco nessa região mental. No “interior dessa lógica, o território e o espaço social do ‘outro’, da alteridade radical do branco, eram considerados virtualmente adstritos à etnia superior, eram embranquecidos, eram etnicizados” (1998: 3). O autor afirma ainda que, “para resistir a esta lógica de agressão e violência, os ‘outros’, os índios e os negros, opuseram uma lógica de resistência semelhante, mas oposta, construtora de uma territorialidade e de um espaço social não-brancos” (id.: 4). Informando, assim, os sertões como espaços de não-brancos, apesar da lógica territorial branca.

Essa argumentação dos estudiosos do sertão proporciona-nos interpretar a atualização da

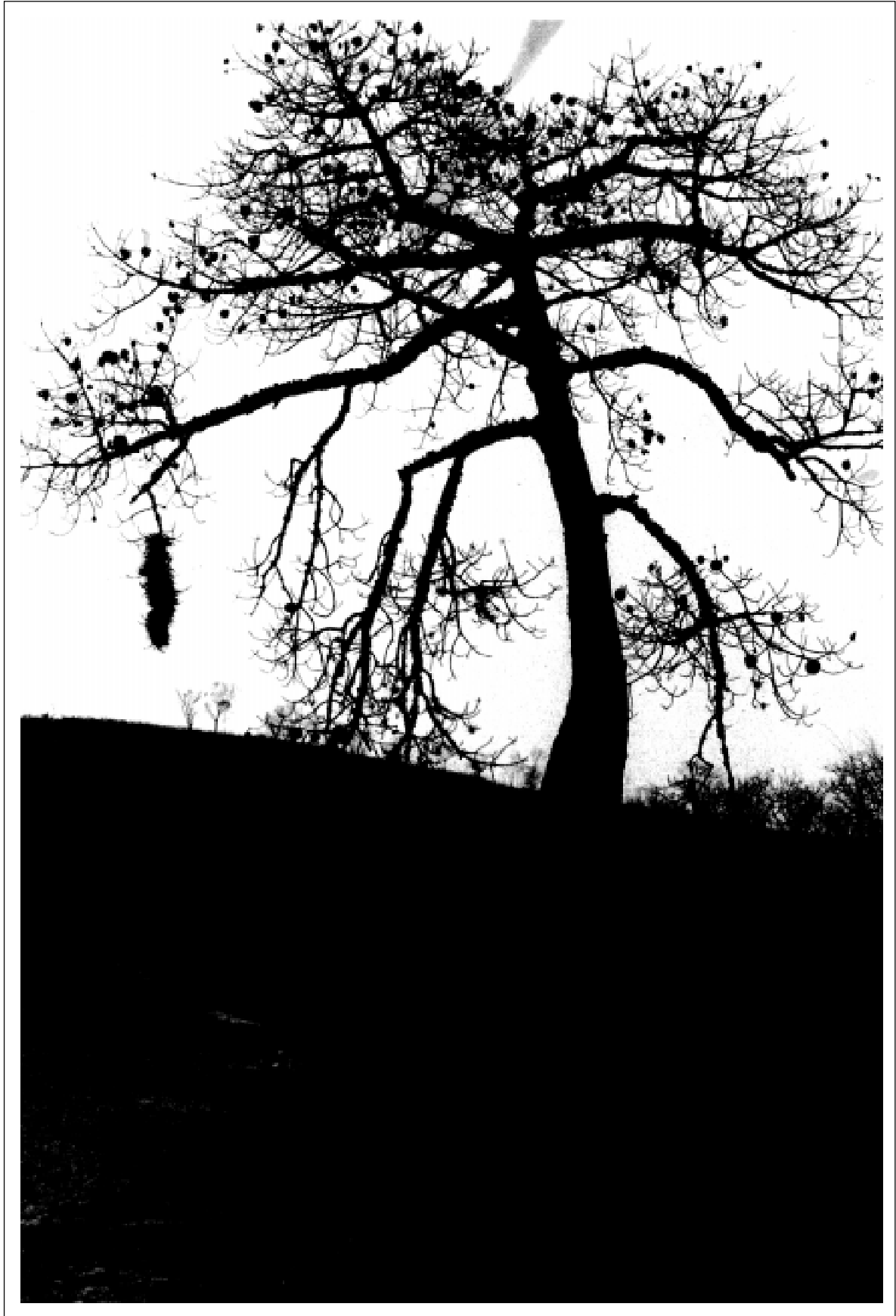
<sup>23</sup> Devo a compreensão desse processo a Luiz Tarlei Aragão (2000), que pretendia desenvolver uma teoria do Brasil tendo o Norte de Minas como o *locus* onde os projetos civilizatórios que constituíram a nação brasileira se articulam, dando à região a condição de síntese de nossa nacionalidade. A ele rendo a minha homenagem, colocando em circulação sua interpretação, já que, tendo falecido, não poderá desenvolvê-la.



Flor de Pana – Comunidade de Olhos D'água – Montes Claros – MG



Fabrico de rapadura – Comunidade Debaixo da Lapa – Minas Novas – MG



Barriguda – Barragem de Setúbal – Chapada do Norte – MG

sobreposição de lógicas produtoras de espaços sociais e de territorialidades na região norte-mineira. No período colonial, a expansão verificada, apesar da produção do embranquecimento e da etnicização do sertão, não conseguiu realizá-la plenamente, devido à resistência oposta e semelhante dos outros, principalmente os negros que ocuparam historicamente uma ampla área do território regional, como já informado em seção anterior, e de outras populações tradicionais que se constituiriam como realidades diversificadas no interior da sociedade norte-mineira<sup>24</sup>. Nos anos 1960, no processo de modernização da agricultura brasileira, as relações capitalistas de produção se expandiram por toda a região, as terras se mercantilizaram e as relações de trabalho assentadas até então em reciprocidade – troca de serviço e de favores – se transformaram em assalariamento com pagamento em numérico. Entretanto, a eficácia da lógica capitalista de produção de espaço social e territorial não conseguiu por um termo nas lógicas vividas pelas populações tradicionais, apenas tornou-se hegemônica, subsumindo a lógica contrária. Assim, sobrevivem em complementaridade e, às vezes, em oposição lógicas construtoras de territorialidades e de espaços sociais distintos.

Ao discutir os processos civilizatórios que se interpenetraram e se imbricaram, ao longo da trajetória histórica regional, característica que possibilita interpretar o Norte de Minas como a síntese da nacionalidade brasileira, procurei evidenciar as características de cada espécie de sociedade ou de grupamento humano que fixou-se no Norte de Minas e que

contribuiu para dar à essa sociedade e à sua cultura a sua singularidade que a faz única no conjunto das sociedades que compõem a humanidade. Gostaria de discutir as populações tradicionais que se construíram com culturas e identidades específicas e contrastivas e que compõem o mosaico identitário regional.

Há aspectos construídos secularmente pela gente miúda vivendo invisível no interior das sociedades nacionais, que têm sido considerados como cruciais para se compreender as populações tradicionais. Para Diegues e Arruda (2001), populações tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que em sua trajetória histórica construíram e atualizam seu modo particular de vida e de relação com a natureza, considerando a cooperação social entre seus membros, a adaptação a um meio ecológico específico e um grau variável de isolamento. Esses mesmos autores apontam como populações tradicionais no Brasil os povos indígenas e povos não-indígenas, como quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, sitiantes e roceiros<sup>25</sup>.

As características que esses dois autores consideram como definidoras das populações tradicionais são uma interdependência simbiótica entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais constroem seus modos de vida; um profundo conhecimento da natureza e de seus ciclos, transmitido oralmente intragerações e construído a partir de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; uma apropriação do espaço considerado como território onde a vida é

<sup>24</sup> Para maior aprofundamento sobre o quilombo de Brejo dos Crioulos, vide Costa (1999), (2001) e (2005).

<sup>25</sup> Como membros da academia brasileira, o conhecimento sobre a realidade nacional desses autores está baseado em estudos e pesquisas que se transformam em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, assim, seu conhecimento das populações tradicionais está reduzido àquelas populações que foram estudadas por estudantes em iniciação científica ou pesquisas de mestrado e doutorado. Como as populações tradicionais norte-mineiras ainda não foram estudadas considerando o arcabouço teórico que permite compreendê-las como tal, apesar do estudo de Donald Pierson (1972), e, principalmente, porque a abordagem da gente miúda vivendo invisível no interior do País é historicamente datada a partir da Constituição de 1988.

reproduzida social e economicamente; um vínculo ao território desde que o *mundus* dessas populações foi constituído nas origens das suas histórias<sup>26</sup>; um sistema produtivo voltado para a satisfação das necessidades de cada família, em particular, e da comunidade como um todo, ainda que possa ocorrer uma relação com o mercado com a venda do excedente; uma acumulação de capital reduzida; uma organização social baseada na família e na comunidade por meio de relações de parentesco e compadrio que são atualizadas nas atividades econômicas, sociais e culturais; uma vida cultural intensamente simbólica e mitológica, que se expressa em rituais vinculados às atividades de caça, pescas e extrativismo; um impacto limitado sobre o meio ambiente devido à tecnologia utilizada, assim como uma divisão técnica e social do trabalho, reduzida em decorrência do domínio sobre todo o processo produtivo; uma ausência de conexões com o poder político, por situarem-se à margem da vida política; e, por último, uma auto-identificação ou identificação contrastiva, tendo a cultura como definidor das diferenças<sup>27</sup>.

As populações tradicionais norte-mineiras são reconhecidas pelas pessoas, pois, com frequência, como afirma Dayrell, elas se referem “a otras e a ellas mismas, como siendo vazanteiros, barranqueiros, caatingueiros o geraizeiros” (1998, 70). Esse conhecimento não é dado apenas para as pessoas do Norte de Minas, já que diversos autores têm informado a existência das populações tradicionais que aqui existem secularmente. Em seu estudo sobre o homem no vale de São Francisco,

Pierson (1972) informa sobre os *veredeiros* e os *geralistas* ou *geraizeiros*. Mas outras populações, além destas, foram reconhecidas por Ladeira (1951 apud Dayrell, 1998). Para este estudioso da vida regional, há no interior das regiões do vale do São Francisco pequenos núcleos de populações com denominações especiais, conforme a região habitada. Para ele, há os *chapadeiros*, que vivem nas chapadas regionais, o *campineiro*, gente que habita as campinas, os *barranqueiros* ou *vazanteiros*, que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do Rio São Francisco<sup>28</sup>.

Fruto do trabalho desenvolvido no Centro de Agricultura Alternativa entre as populações rurais da região da Serra Geral, Carlos Dayrell (1998) informa a existência, também, dos *caatingueiros* e distingue os *barranqueiros* dos *vazanteiros*, porque, assim, são regionalmente reconhecidos. Enquanto os primeiros vivem nas margens sanfranciscanas, os segundos são grupos de gente habitando as vazantes dos outros rios regionais. Em minha pesquisa que foi base para a minha dissertação de mestrado, já informava a existência dessas populações tradicionais e optei por uma delas, os *caatingueiros*, por ser um grupo social e cultural vivendo no Norte de Minas que, ainda, não conhecia. Ao definir a comunidade de Brejo dos Crioulos, na divisa dos municípios de São João da Ponte e Varzelândia, para desenvolver o meu estudo, descobrir ser os *caatingueiros* uma população negra que habita o vale do Rio Verde Grande, no interior de uma floresta de caatinga arbórea, desde antes da chegada da bandeira de Mathias Cardoso de Almeida que ocupou, povoou o território

<sup>26</sup> Woortmann (1995), ao estudar sítios nordestinos, afirma que, após migração por algum acontecimento trágico, as populações rurais instauram um novo *mundus*, através do trabalho do homem, que persiste enquanto os seus descendentes permanecem vivendo no mesmo sítio onde o construíram.

<sup>27</sup> Para um maior aprofundamento sobre as questões inerentes às populações tradicionais vide Barreto Filho (2002), Vianna (1996), Cunha e Almeida (2001), Little (2005) e Oliveira (2005).

<sup>28</sup> Desenvolvo mais profundamente uma interpretação sobre as populações tradicionais norte-mineiras, em sua interface com o ambiente, em artigo a ser publicado brevemente no livro *Tantos Cerrados*, pela editora da Universidade Federal de Goiás.

regional e consolidou, inicialmente, a sociedade norte-mineira.

Entretanto, os imigrantes de italianos que se fixaram nos sopés da serra do Espinhaço, na região da Serra Geral, também são reconhecidos pelos geraizeiros da região de Rio Pardo de Minas, que comercializam sua produção na feira de Porteirinha, como *caatingueiros*. Dado que as populações negras têm sido reconhecidas, desde que iniciou a aplicação do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Provisórias fixados na Constituição de 1988, como *quilombolas*, o termo *caatingueiro* tem sido utilizado regionalmente para distinguir os descendentes dos imigrantes italianos.

Todas essas identidades são construídas a partir do nicho ecológico em que grupos de populações rurais fundaram os seus *mundus* e constituíram-se como comunidades. Identidades são sempre auto-identificações, mas, elas se dão contrastivamente. Somente se sabe que há *caatingueiros*, por exemplo, porque pessoas assim identificadas se encontram e convivem com pessoas que são identificadas por elas como *geraizeiros* que, por sua vez, os identificam como *caatingueiros*.

Onde se situam essas populações tradicionais no território norte-mineiro? Os *veredeiros*, os *chapadeiros*, os *campineiros* e os *Xakriabá* localizam-se na margem direita do Rio São Francisco. Os *geraizeiros* e *vazanteiros* na margem esquerda do mesmo rio, enquanto os *quilombolas* concentram-se no vale do Rio Verde Grande, mas, também, em diversas outras áreas do território regional. Os *caatingueiros* estão nos sopés da serra do Espinhaço, na região da Serra Geral. Os *barranqueiros* vivem nas margens do Rio São Francisco.

Cada uma dessas populações tradicionais é identificada a partir de um aspecto de sua cultura, que é transformado em diacrítico que lhes confere uma diferença em relação às populações que se situam nas circunvizinhanças dos seus territórios.

Os *veredeiros*, ou gente das *veredas*, são contrastados, porque convivem com os *campineiros* e os *chapadeiros*<sup>29</sup>. Estas duas últimas populações reconhecem na agricultura de *vereda* e na utilização do *buriti*, *palmeira* existente ao longo dos cursos de água denominados *veredas*, um sem número de usos que lhes permitem usufruir de uma condição de vida mais confortável. Alguns estudiosos desenvolveram pesquisas entre com a gente das *veredas* na região da trijunção dos estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás, onde as *veredas* são mais freqüentes. Para Jacinto (1998), outro aspecto importante, mas que julgo recorrente com as outras populações tradicionais norte-mineiras, é o fato de possuírem um sentimento de localidade e de pertença que operacionaliza a vida destas pessoas, principalmente, em virtude de ser por meio dele que se dá a diferenciação no contexto mais imediatamente regional em que se encontram situados.

Por sua vez, Correia (2002) nos informa que a categoria *tempo do carrancismo*, operacionalizada como um referente a partir do qual o tempo presente é lido, por articular diversos valores, constitui-se uma característica dos *veredeiros*. Para ele, *o tempo do carrancismo* é uma categoria temporal por meio da qual os membros das comunidades que estudou narram sua história, uma história “que traz em si uma série de valores do passado quase não existentes mais nos dias atuais” (2002, 48). Esse tempo é narrado como uma época de revoltas, como a da Coluna Prestes

<sup>29</sup> Como não há estudos específicos sobre *campineiros* e *chapadeiros* (creio serem semelhantes aos *geraizeiros*), não desenvolverei nenhuma leitura sobre essa população tradicional.

que passou pela região, como a de Antônio Dó contra os processos de divisões de terra, nos quais os sertanejos de menores condições sociais perdiam suas terras, mas, também, como uma época de festas, como as de Santos Reis, a de Santo Antônio na Serra das Araras, em que se vivia festivamente a coletividade local e a coletividade micro-regional. Além desses conteúdos, o tempo do carrancismo informa, ainda, o sistema produtivo tradicional em que o manejo das veredas, com o “esgotamento” ou drenagem dos brejos e veredas, a queimada em tempo certo da seca e a caçada necessária para suplementar a alimentação eram praticados por todos.

No tempo do carrancismo, a terra era livre e apropriável. Para esse mesmo autor, “nem todas as terras eram de fazendas, e os poucos fazendeiros, ou donos, que existiam, permitiam que as pessoas morassem nas suas terras durante vários anos sem pagar pela área ocupada, ou seja, quem tinha terra morava, quem não tinha morava” (Correia, 2002: 51). Como se pode ver, essa é uma categoria temporal que ultrapassa os limites dos veredeiros, porque recorrente entre as populações norte-mi-neiras.

**E**, por fim, em estudo que fiz em uma comunidade veredeira que foi transferida de seu lugar de origem para um assentamento devido, à implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, os veredeiros são assim reconhecidos porque os mesmos têm nas veredas o eixo crucial de suas vidas (Costa, 2005 b). O solo da área em que se encontram situados é muito arenoso e com baixíssima quantidade de material orgânico que fosse propício para o desenvolvimento da agricultura e, por isso mesmo, passaram a utilizar estratégias de uso e manejo das veredas para viabilizar a reprodução da vida de cada família e da comunidade como um todo. Atualmente, devido à implantação da Unidade Nacional de Conservação, os representantes

dessa população rural, devido a presença de órgãos ambientalistas fiscalizando o Parque e as populações do seu entorno, estão sendo forçadas a se transformar em chapadeiros. Eles, que sempre foram os guardiões das veredas, sofrem ao perceber que o uso das chapadas poderá impactar as veredas que secularmente lhes propiciaram a vida.

**O** signo identitário dos *geraizeiros* está vinculado àquela formação a que se denomina *gerais*, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrados. O aspecto que os diferencia é uma forma singular de apropriação da natureza, regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos (Dayrell, 1998). Com o plantio de lavouras diversificadas em espécies e variedades, essa população tradicional constrói seus sistemas de produção. Para que os mesmos garantam suas reproduções, os Cerrados, com seus tabuleiros, espigões e chapadas, fazem parte da estratégia produtiva, fornecendo, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos.

Na percepção dos nativos, esse imenso *gerais* é recortado por, pelo menos, quatro grandes unidades ecológicas: a chapada, os tabuleiros, os carrascos e as vazantes.

A lógica da ocupação dos terrenos pelos *geraizeiros* segue uma estratégia de multi-usos das diferentes unidades da paisagem, explorando suas potencialidades, mas respeitando, também, os seus limites. A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das vazantes para as culturas mais exigentes. Nos tabuleiros constroem suas moradas, plantam os quintais, criam os pequenos animais e cultivam plantas adaptadas. Das chapadas e dos carrascos provém o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, óleos, fibras, forragem para o gado, lenha, madeira para diversos fins. A interação é complexa e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas é fundamental para a sobrevivência das famílias (Dayrell e outros, 2005: 64).



Assim, o aspecto da vida dessa população vivendo nos gerais que é transformado em diacrítico que a diferencia diante de outros grupos sociais que a circundam é a lógica da ocupação do terreno e o manejo nele desenvolvido, além de uma comunalidade na apropriação do território de cada comunidade.

Os *caatingueiros* possuem como aspecto que os diferenciam dos geraizeiros e dos quilombolas da Jahyba, principalmente, o fato de estarem vinculados à Caatinga. Como já disse, os caatingueiros são descendentes de migrantes portugueses, desde o início do povoamento regional, e de italianos, que a partir de fins do século XIX deram constituição a uma cultura distinta das existentes até então no território norte-mineiro. Ela se constitui de agricultores familiares, tipo camponeses, conforme informa D'Angelis Filho (2005), possuindo uma racionalidade econômica que permanentemente os vincula ao mercado. Considerando que na conceituação do camponês sempre se deve considerar sua subordinação<sup>30</sup>, desde a expansão das relações capitalista no Norte de Minas a partir dos anos 1970, os caatingueiros se aliaram aos programas de governo coordenados pela Emater, que passou a vincular seu sistema produtivo a fatores externos – dinheiro para investimento e custeio, máquinas, implementos agrícolas e agrotóxicos, além de assistência técnica –, advindos do sistema financeiro e do sistema industrial, e à assistência técnica de organismos do Estado, para realizar sua reprodução física e social.

A mesma é reconhecida como agricultura caatingueira, que, além da produção de carne e alimentos básicos, incorporou o cultivo do algodão em seus sistemas diversificados de

produção de alimentos. Tradicionalmente cultivando para auto-abastecimento familiar, os caatingueiros incorporaram a cultura algodoeira, com seu caráter nitidamente comercial, do final do século XIX até meados do século XX, sendo que esta atividade algodoeira permaneceu circunscrita em municípios do Norte de Minas, associada aos sistemas produtivos diversificados dos agricultores da Caatinga. Em 1925, o algodão era a cultura mais exportada da região.

A partir de meados da década de 1950, ocorreu uma intensificação da produção do algodão herbáceo no Norte de Minas, com a introdução de novas variedades melhoradas, que ofereciam a vantagem de uma maior produtividade por hectare, devido à introdução de novas tecnologias, como o controle das pragas através do uso de agrotóxicos e a tração motorizada, sendo que a monocultura do algodão começou a substituir os sistemas diversificados de produção de alimentos e fibras, associada à criação extensiva de gado bovino. Os recursos subsidiados facilitaram a difusão do pacote tecnológico vinculado à modernização conservadora da agricultura brasileira.

Com a derrocada da agricultura algodoeira, apenas as comunidades caatingueiras que resistiram ao avanço da racionalidade econômica capitalista e mantiveram seus sistemas tradicionais diversificados, destinados à produção de fibras, alimentos e criação de animais, associados com o aproveitamento alimentar e medicinal da flora nativa, puderam continuar dedicados à agricultura. Aqueles que se modernizaram foram forçados a migrar e empobrecerem. Uma das poucas alternativas que restou aos agricultores familiares,

<sup>30</sup> Pereira de Queiroz (1976) e Woortman (1987) discutem, numa perspectiva antropológica, a possibilidade da utilização desse conceito para a compreensão de comunidades rústicas e de agricultores no Brasil. Transformada em categoria política, ela dominou a cena brasileira e penetrou no campo acadêmico, mas tem sido considerada, atualmente, como categoria para a luta política, por ser incapaz de informar a diversidade de populações tradicionais existentes no campo agrário nacional.

do tipo camponês, que possuíam uma gleba de terra um pouco maior, passou a ser a pecuária.

Devido à migração, os caatingueiros articulam um novo espaço de comercialização nas periferias de São Paulo, onde vivem milhares de famílias originárias dos sertões nordestino e norte-mineiro. As vindas de parentes de São Paulo em períodos de férias, nas festas e em comemorações de suas comunidades de origem, propiciam, no retorno, a ida de uma diversidade de produtos e preparados culinários da tradição cultural dos caatingueiros. Estes descobrem, então, através desta “rede de parentagem”, que existe uma grande demanda pelos produtos culturais de suas regiões de origem.

A população tradicional de maior incidência no território norte-mineiro, os *quilombolas*, emergiu no cenário social hodierno, devido ao Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, através do Território Negro da Jahyba, conforme Costa (2005 a). O mesmo se constitui por um conjunto de grupos negros localizados em margens de lagoas, ribeirões e rios que formam a bacia do Rio Verde Grande. Suas relações, além de percorrerem todo o vale deste rio, eram estabelecidas com povoações ao longo da bacia do Rio São Francisco, notadamente, Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gurutuba, Porteirinha e Tremendal.

Diversos grupos de *quilombolas* se articulam em um movimento de reconhecimento social e de reapropriação de seus territórios ancestrais, mas principalmente o de Brejo dos Crioulos, nas margens do Rio Arapuim, divisa dos municípios de São João da Ponte e Varzelândia e os Gurutubanos, comunidade negra estabelecida

ao longo do Rio Gurutuba, abaixo da cidade de Janaúba. Essas duas comunidades são representativas de outras dezenas que vivem nas planícies sanfranciscanas. Comunidades que dialogam com os vazanteiros do São Francisco e com os remanescentes dos Xakriabá, que vivem no município de São João das Missões. São comunidades que mantêm aspectos significativos de sua cultura, de sua reprodução social, enraizados na diversidade ecossistêmica presente nas planícies sanfranciscanas e que hoje, em efervescência social, se apresentam como grupos sociais, oportunizando a possibilidade da construção de um viver pautado em suas características socioculturais e econômicas específicas.

Diversos estudos têm sido feitos sobre essa população negra vivendo no imenso território negro da Jahyba, como as comunidades de *Brejo dos Crioulos*, situada na divisa dos municípios de São João da Ponte e Varzelândia e formada pelos grupos locais Arapuim, Araruba, Cabaceiros, Caxambu, Conrado e Furado Seco<sup>31</sup>, e, o *quilombo do Gurutuba*, formado por diversos grupos locais que formam a comunidade rural negra dos Gurutubanos, conforme D’Angelis Filho e outros (2003). Nesses grupos locais foram mantidas intensas relações com um território mais amplo ao seu redor, estruturado em vínculos de parentesco e estratégias de reprodução social e econômica, compartilhando a ocupação e domínio dos lugares.

A partir dos anos 1960, há uma hierarquização dessas comunidades em vista de sua proximidade ou afastamento da racionalidade urbana, que se torna hegemônica em todo o Norte de Minas, conforme análise de Brito e outros (2003), estudando a comunidade negra de Maravilha. Com a chegada dos “brancos” e do “desenvolvimento” promovido pelos gestores governamentais, dos

<sup>31</sup> Vide Costa (1999), (2001) e (2005 a) sobre esse quilombo norte-mineiro.

anos 1970 em diante, a paisagem foi subitamente alterada, impactando os recursos naturais e comprometendo os sistemas agroalimentares das comunidades negras do território da Jahyba.

O povo *Xakriabá*, conforme Oliveira (2003), é formado por uma população de 6.442 indivíduos, habitando território demarcado no sertão sanfranciscano, numa região em que ocorre a transição entre o Cerrado e a Catinga, com espécies nativas dos dois domínios. Essa população tradicional norte-mineira chegou à região no início do século XVIII e, em acordo feito com Januário Cardoso de Almeida, estacionou em uma área onde foi posteriormente aldeada, a Aldeia de São João Batista das Missões. Posteriormente, passou a constituir mão-de-obra, às vezes escravizada, no processo de formação das fazendas de gado abertas às margens do Rio São Francisco. O aldeamento de São João das Missões, por ter sido abandonado desde o final do século XVIII pelos padres e administradores, e pelo fato de os índios ali permanecerem em processo de miscigenação com as populações branca, pobre, negra e, sobretudo, retirantes nordestinos que fugiam das secas, passou a ser reconhecido como terra de caboclos e foi, por longo tempo, ocupado por índios, posseiros e retirantes estabelecidos, em regime de uso condominial das áreas de cultivo (Santos, 1997). A miscigenação dos indígenas no Brasil, conforme pode ser visto em Darcy Ribeiro (1986) no seu estudo sobre os índios e a civilização, foi fruto de políticas governamentais visando incorporá-los como brasileiros e esvaziá-los de suas etnicidades, transformando-os em índios genéricos.

O modo de uso *Xakriabá* sobre seu território se estabeleceu nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla, e suas atividades produtivas constituem-se basicamente da plantação de roças, da criação de animais e da coleta extrativista destinadas ao

auto-consumo. Dessas atividades vinha praticamente tudo de que precisavam, com alguns poucos produtos sendo adquiridos no comércio regional.

Como uma sociedade indígena, legitimada pelo estado brasileiro, os *Xakriabá* têm em sua etnicidade o diacrítico que os fazem diversos dos povos mestiços que os circundam e que podem ser caracterizadas como chapadeiros, veredeiros ou campineiros.

Nas ilhas e barrancas do Rio São Francisco e nas margens de outros grandes rios que existem no Norte de Minas existem os *vazanteiros*. Estudando localidades nas áreas inundáveis das margens e ilhas sanfranciscanas, Luz de Oliveira (2005) afirma que os *vazanteiros* se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas sanfranciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo, numa perspectiva transumante. O ciclo natural do rio – seca, enchente, cheia e vazante – sempre possibilitou a essas populações o acesso a terras periodicamente fertilizadas pela matéria orgânica ou “lameiro” depositado em longas extensões das suas margens e nas ilhas, além de um farto suprimento de peixes que se reproduziam nas lagoas marginais. Nas grandes cheias do São Francisco, segundo relatos de viajantes do século XIX, apresentados por Pierson (1972), as áreas planas das margens, principalmente no trecho médio da bacia, ficavam cobertas por camadas d’água de um metro e meio a três metros e a inundações atingia até dez quilômetros de largura, a partir da calha do rio.

A formação cultural dos *vazanteiros*, além de legados da cultura indígena e da cultura negra, recebe influências da vida social ribeirinha de todo o Rio São Francisco, particular-

mente no período de intensa mobilidade propiciada pela navegação rumo ao Nordeste brasileiro. Segundo Neves (1998, citado por Luz Oliveira, 2005), não se pode perder de vista a existência de componentes culturais comuns ao homem do médio São Francisco e aos nordestinos de um modo geral. Esta autora cita a linguagem e a literatura popular, os hábitos alimentares e medicinais, como legados das migrações para a integração cultural dessa população.

**O**s estudos de Luz Oliveira (2005) sobre os vazanteiros apontam a diversidade de ambientes no complexo de uma paisagem que se mostra aparentemente monótona e uniforme aos nossos olhos, e que, sob o olhar dos vazanteiros, toma significados de grande densidade, onde se faz complexas associações entre gênese, qualidade e restrições de uso nas diferentes unidades da paisagem. A energia de deslocamento das águas durante as enchentes vai moldando e dando fisionomia a esta paisagem, onde os solos são mais frescos que os da “terra-firme”. A sobrevivência dos vazanteiros é garantida por múltiplas atividades, formas de uso e apropriação dos diversos ambientes (Luz de Oliveira, 2000).

Essa autora identifica em seu estudo três grandes unidades da paisagem manejadas pelos vazanteiros – o complexo “terra-firme” e o complexo ilha, interligados pela terceira unidade, o complexo rio, cujo ciclo define as dinâmicas ecológicas e, por conseguinte, as estratégias de manejo de cada uma delas.

O sistema de trabalho dos vazanteiros e suas condições financeiras definem o local de moradia da família, que pode ser na ilha, na margem do rio ou nas cidades ribeirinhas. A vida das famílias é sempre marcada pela mobilidade do local de trabalho e moradia, que se adapta aos ciclos do rio – seca, enchente, cheia e vazante. As áreas preferenciais para construir casas são na beira-rio ou na ilha. É aí que os vazanteiros estabelecem moradias e constro-

em os sistemas de quintais ao redor da casa, com o plantio de frutíferas e a criação de pequenos animais. Estes são criados em pequenos cercados ou amarrados para não causar prejuízo nas lavouras, nem perturbar os vizinhos. Para além dos quintais, são feitos os roçados. Alguns elementos arbóreos, remanescentes da vegetação nativa, associados a policultivos, plantados em pequenas clareiras, recortam e quebram a monotonia da paisagem, que se apresenta talhada apenas pelas águas do rio. Essas formações denunciam, para quem “espia de fora”, que a toponímia e florística do rio não são moldadas apenas pelos ciclos das águas, mas igualmente pelas mãos dos vazanteiros, que dele fazem parte.

**E**m períodos de grandes enchentes, as casas são abandonadas, quando o rio cobre as ilhas, inundando a beira do rio, o barranco e as lagoas criadeiras. É para as Caatingas e, em outras situações, para os Cerrados, que os vazanteiros migram para se proteger dos ciclos de enchentes. Levam consigo, quando possível, mantimentos e alguns objetos, como colchões, vasilhas e roupas, além das criações. Pesca-se em toda parte. Com o recuo das águas das enchentes, formam-se “alagadiços” e pequenas lagoas em toda a beira-rio. Com o abaixamento do nível da água e a desconexão com a calha do rio, os peixes ali depositados viram presa fácil – são formados inúmeros pesqueiros.

O processo recente de ocupação da região por grandes fazendas, além de restringir o acesso dessa população ao território tradicional, põe em risco as lagoas e a reprodução dos peixes. São inúmeros os casos de lagoas que foram drenadas para plantio do capim “bengo” e capineiras. A extensão e proporção dos impactos é de tal brutalidade que o que se registra é uma redução drástica da oferta de pescados em toda a região.

Os circuitos de acesso e comunicação, a atividade da pesca, os ciclos ecológicos e a rela-

ção com o mundo mítico configuram uma terceira unidade da paisagem – o complexo rio. A pesca é uma atividade central no sistema de produção e consumo dos vazanteiros, independente do registro como pescadores profissionais e do vínculo com a colônia de pescadores. A pesca é realizada no período de março a novembro e é considerada a atividade mais lucrativa entre os vazanteiros. O pescado menor é utilizado para o auto-consumo e o maior é comercializado.

A unidade territorial é ampla e tem um lastro mítico para os vazanteiros. Os mitos integram a cosmografia vazanteira. A natureza e a sociedade fazem parte de uma totalidade, na qual agem também seres mitológicos ou os “encantados” do rio. Esse sistema de representações constitui um referencial para os vazanteiros agirem sobre o seu território, manejando os diversos ambientes que o compõem.

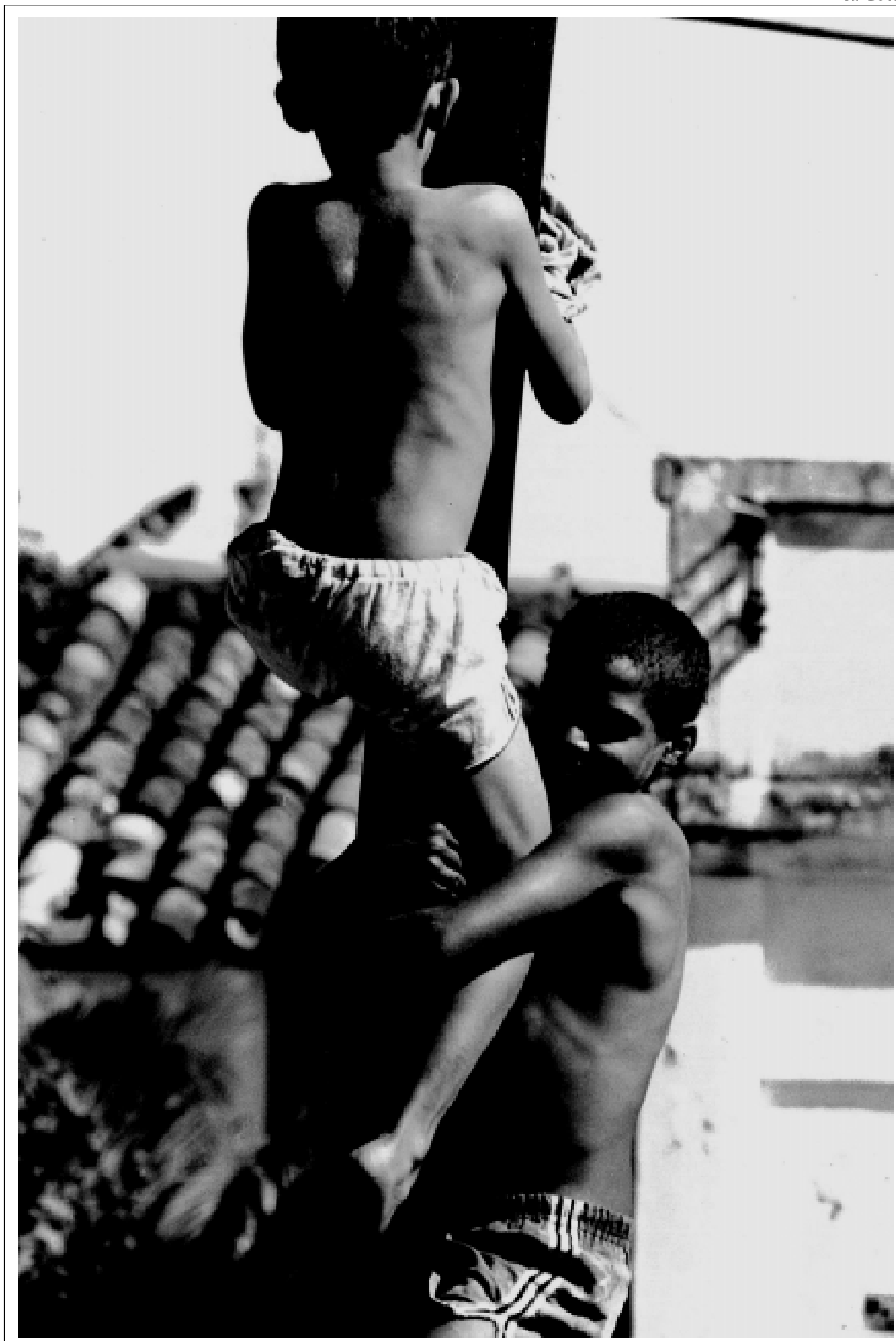
Os sistemas de classificação e uso dos recursos estão presentes no seu modo de vida e são noções fundantes que demarcam seu território e definem as formas diversificadas de apropriação do mesmo. Para Luz de Oliveira (2005), os sistemas classificatórios integram o patrimônio cultural dessas populações. Sua argumentação baseia-se em conversas com os vazanteiros, com quem conviveu durante período de coleta de dados. Segundo eles, ocorriam múltiplos usos e formas de apropriação do ambiente, o que garantiu uma vida farta até a década de 1960, quando a situação começou a mudar drasticamente, com restrições cada vez maiores de acesso aos recursos. A reprodução agroalimentar dos vazanteiros se apoiava em estratégias sensíveis e combinadas de manejo dos três complexos – terra-firme, rio e ilhas. Assim, a restrição nas condições de acesso e de interação com cada um dos complexos promove o rompimento de uma estrutura ecológica e social, definida pela relação particular que essa população tradicio-

nal mantém com seu território. É possível afirmar, então, que esses elementos compõem um campo no qual natureza e sociedade são representadas num universo unitário.

Como se pode ver ao longo desta seção, a lógica que orienta essas populações tradicionais é marcada pela existência de um regime agrário coletivo, de relações de trabalho que se estruturam pela reciprocidade entre membros de uma mesma coletividade. Se há uma lógica capitalista embranquecida e etnicizada do território e do espaço social regional hodierno, opõe-se a ela, resistindo com lógica semelhante, um território e um espaço social não-capitalistas e não-brancos, permitindo aos trabalhadores rurais reafirmarem suas autonomias, ainda que em condições mínimas e descontínuas, frente à dominação imposta. O recurso à migração sazonal para fora da propriedade ou posse, como mão-de-obra para empresas agropecuárias, propicia a atualização do padrão produtivo familiar, como forma de resistência ao sistema produtivo vigente hegemônico, assim como realizaram seus antepassados.

A lógica desenvolvimentista emergiu no cenário regional, incipientemente, nos anos 1940, com a criação das sociedades rurais em algumas cidades norte-mineiras, mas aprofundou-se a partir dos anos 1970, com a implantação da modernização da agricultura. O governo federal, principal interventor na região, com seus financiamentos subsidiados e seus incentivos fiscais, não levou em conta as populações que aí viviam secularmente, privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agroindustriais da sociedade. As áreas de terras devolutas, ou seja, terras de ninguém, mas de apropriação coletiva pelas populações tradicionais, foram consideradas pelos governos federal e estadual como terras “inteiramente desocupadas e inproveitadas”<sup>32</sup>, situadas no domínio do Estado. Nessas terras de ocupação tradicio-

<sup>32</sup> Conforme RURALMINAS, s.d. Documento II - Histórico e resumo dos contratos sobre distritos florestais, 7 p.



Subida no pau de sebo – Festa do Rosário dos Homens Pretos de Minas Novas – Minas Novas – MG

nal, principalmente dos geraizeiros, ergueu-se uma floresta exótica de eucalipto e pinus para subsidiar o pólo siderúrgico mineiro e a maior planta de celulose do mundo. Essa política estava afinada com o pensamento da geopolítica dos militares no período da ditadura, onde, em nome da segurança nacional, propugnava-se a ocupação dos espaços considerados “vazios econômicos”.

O que se viveu a partir desse período foi a constituição de uma nova paisagem, que afetou os pilares de sustentação da agricultura familiar tradicional, construídos em séculos de convivência com os ecossistemas e com os seus limites agroambientais. Acentuaram-se os desníveis socioeconômicos entre as camadas sociais norte-mineiras e, por outro lado, os recursos naturais – biodiversidade, solos e água – entraram em um rápido processo de deterioração.

A história das territorialidades dessas populações tradicionais traz em si experiências de luta e organização da sociedade civil para a conservação da natureza e pelo seu uso de forma sustentável. As populações tradicionais, de uma forma geral, têm necessidade de incorporar técnicas que causem menos impactos nos cultivos – agora mais intensivos devido à restrição das terras e da oferta de água, além da perda da biodiversidade. A convivência estreita entre homem e natureza nessas áreas tem promovido a percepção de que as populações tradicionais sejam “guardadoras” da biodiversidade.

O lugar das populações tradicionais tem sido o lugar da biodiversidade no Norte de Minas, por necessidade e estratégia de sobrevivência, tendo como princípio estruturante a diversificação para as suas reproduções física e social. A resistência, baseada sempre na ne-

gociação política, tem propiciado o seu reconhecimento como preservadores fundamentais da biodiversidade dos Cerrados, Caatinga, Mata Seca e Mata Atlântica e da cultura tradicional regional. Essas comunidades construíram o seu saber tradicional e a cultura sertaneja como aspecto político de suas identidades, a partir das quais enunciam sua contribuição para a manutenção do equilíbrio ecológico brasileiro, requerido pelas sociedades nacional e internacional.

Para dar abertura à seção final, gostaria de afirmar que a sociedade norte-mineira é mais amplamente compreendida se se leva em consideração o fato de estar situada no território sertanejo. Como parte do sertão, essa sociedade regional pode ser entendida, também, a partir dos caracteres que fazem da sociedade sertaneja um caso especificamente brasileiro, uma sociedade em situação de fronteiras. Compreender o sertão como a margem do Brasil é possível ao se levar em consideração o fato de que esse espaço social ocupa lugar significativo para a construção da nação brasileira. A nacionalidade brasileira perde sentido se se retira dela o sertão, já que o mesmo é um elemento significativo que lhe dá sentido. O sertão tem uma historicidade que só é reconhecível se o entendem como parte de um constructo discursivo que constrói a nação brasileira. Entretanto, esse espaço é construído como um vazio de cultura, civilização e sociedade, mesmo sabendo que ele é o lugar do encontro, porque é assim que os construtores do discurso sobre a nação o fazem. O estado brasileiro jamais pretendeu constituir-se como imperialista para além de suas fronteiras. Ele o fez internamente, constituindo o sertão como a fronteira sobre a qual a nação deveria expandir-se<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Devo essa compreensão a Rita Laura Segatto, antropóloga da Universidade de Brasília, que em uma seção de disciplina que cursei sob sua orientação discuti com alguns alunos a temática do sertão. Agradeço publicamente as possibilidades de entender o Brasil ao discutir a Argentina e os Estados Unidos comparativamente.

O projeto civilizatório nacional, por excelência, consiste em culturalizar e homogeneizar a realidade nacional como um todo. Os grandes planos de desenvolvimento implementados no país têm sua fonte de inspiração nesse projeto de civilização brasileira. Sendo o sertão vazio, os construtores dos planos que modernizaram o Brasil não precisavam pensar nas populações, nos sistemas produtivos, nas culturas, nas etnias e nas identidades específicas, que fazem a realidade brasileira multicultural e multiétnica, porque a nação é pensada como una, mesmo em se reconhecendo as diversidades regionais. Mas essa unicidade é construída e afirmada pelas elites e não pela gente miúda de carne e osso desse país de mil e tantas misérias, como afirmado na obra roseana que inventa o Brasil. Entretanto, diante do fracasso do projeto iluminista de modernização do mundo, apesar da globalização da economia, cada vez mais, o caráter local se insere na totalidade e dá suas caras. Em nosso país, fruto da presença cidadã da população brasileira durante o processo constituinte, a partir de 1988, a sociedade brasileira deixa de ser vista como una e é definida como diversa, em todos os aspectos da vida social e cultural da nação. Desde então, vem se formando um cenário propício, nacional e internacionalmente, para que as diversidades culturais e étnicas, de sistemas produtivos não-capitalistas se tornem visíveis e, com a emergência por politizarem suas identidades, constituam-se sujeitos de direito, imprimindo ao retrato do Brasil a sua verdadeira face e reafirmando-se como sujeitos coletivos atuantes na vida nacional.

No argumento a seguir, afirmo que o Norte de Minas se constitui uma sociedade em fronteira, como parte do sertão, mas também como margem da cultura, identidade e socie-

dade, mineira por um lado e baiana por outro.

*Sociedade em fronteira, lugar de encontros, trânsito e liberdade*

Culturalmente, a sociedade norte-mineira se caracteriza e é reconhecida nacional e internacionalmente como sertaneja, em decorrência do escritor João Guimarães Rosa (1986) ter localizado no território regional o desenvolvimento da história contada no romance *Grande Sertão: Veredas*. Mas sua condição de parte constitutiva do sertão não é uma construção Roseana. Ela foi cunhada ao longo da história e da percepção da paisagem nacional, cindida entre litoral e sertão<sup>34</sup>.

Os estudos sobre os campos semânticos dessas duas paisagens mentais da nossa nacionalidade informam uma antinomia entre as mesmas. Por um lado, o litoral tem como significação o fato de ser considerado cultura, civilização, presença do Estado e o sertão com a significação de natureza, barbárie, não-estruturação do Estado. Pensada como um par de oposição, a paisagem nacional traz subjacente a ela o projeto das elites de transformar o interior do país sob o escopo do litoral. A negatividade do sertão ante a positividade do litoral conduzia os sertanejos, até meados do século XX, a deslizarem o espaço sertanejo sempre mais à frente e nunca no lugar em que se estava procurando retirar de si o estigma de ser sertanejo.

Essa condição inferior começa a ser desconstruída com Euclides da Cunha (2000) em sua obra *Os Sertões* quando afirma que o cerne da nação se encontra distanciado do litoral. A redefinição dessa paisagem interna processa-se, ainda, como a obra roseana, principalmente, *Grande Sertão: Veredas*. Nesse sentido, há uma leitura da obra,

<sup>34</sup> Neste sentido, veja a discussão de Vidal e Souza (1997) sobre a geografia pátria. A autora baseia sua interpretação em autores do Pensamento Social Brasileiro e em relatos dos viajantes europeus que no século XIX percorreram o país.



informando que o seu autor tinha como objetivo construir uma leitura do Brasil a partir do sertão, que fosse distinta da leitura euclidiana, que situou sua narrativa no sertão baiano, aquele da geografia da Guerra de Canudos. Nessa perspectiva, o autor procurou construir uma visão histórica e não pitoresca da sociedade sertaneja como construtora de uma brasilidade específica. Para Bolle (2000), Guimarães Rosa se propõe a oferecer uma visão da sociedade sertaneja em toda a sua escala social. Ele quis “apresentar uma multidão viva, diferenciada em subgrupos” (idem: 221). O próprio autor da saga de Riobaldo colocou na voz do narrador da história que a sociedade sertaneja se caracteriza como sendo

um país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto de saber – e nenhuma se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... (1986: 8).

Diversos pesquisadores da área das ciências sociais, em fins dos anos 1980, se debruçaram sobre o Pensamento Social Brasileiro para compreender o sertão e, em fins dos anos 1990, desenvolveram pesquisas em comunidades sertanejas, procurando compreender as suas identidades, os seus modos de vida e suas formas de organizações sociais. Como resultado desses esforços, evidenciou-se que o sertão, por um lado, é a interface do litoral e, por outro lado, constitui-se como uma sociedade em fronteira, um lugar de encontros, trânsito e liberdade.

Nos estudos feitos no Norte de Minas, como parte das pesquisas sobre o sertão, verificou-se que a identidade norte-mineira é específica, construída nas fronteiras da identidade mineira e baiana e, por isso mesmo, englobada na mineiridade. Como tal, a identidade

norte-mineira ocupa um lugar ao mesmo tempo fora e dentro da identidade e da ideologia que os mineiros construíram para si mesmos. Essa ambigüidade tem sido desconfortante para os norte-mineiros que, mesmo diante da negatividade contrastiva que os mineiros colocam em sua identidade regional, reafirmam seu orgulho de pertencimento à cultura e à identidade norte-mineira<sup>35</sup>.

Outra característica vinculada às sociedades em fronteiras, e o Norte de Minas como um exemplo, consiste no fato das estruturas cultural e social estarem abertas para o além, ou para o outro. Essa perspectiva foi percebida por mim em Matias Cardoso ao encontrar o lugar do estrangeiro como um chegante, ou seja, alguém que é sempre bem aceito e incorporado, preferencialmente, por meio de casamento ou outro tipo de aliança, e como forasteiro, ou seja, alguém que apenas passa e não se fixa nem na localidade, nem na região. Em seu estudo sociológico sobre as raízes do Brasil, Holanda (1997) afirma que, como forasteiro, o estrangeiro é alguém fora da rede de relações de uma sociedade, vivendo uma situação de desconforto e sujeito à violência. No Norte de Minas, como se evidenciou em minhas pesquisas, o forasteiro é sempre bem recebido, mesmo que não seja incorporado na rede de relações sociais.

Essa abertura para o além ou para o outro é o aspecto mais evidenciado do modo de ser matiense e que, argumento, pode ser visto como uma característica norte-mineira e das sociedades em fronteira. A abertura para o outro, ou chegante, e para a valorização da diversidade/inação, para a mudança sempre em processo, é aceita como estruturante da vida local. E que creio seja o aspecto mais importante para se entender o *ethos* e o *eidós*

<sup>35</sup> Para maior aprofundamento sobre esta questão, vide a minha tese de doutoramento, Costa (2003).

das localidades e dessa região<sup>36</sup>. As transformações que vão ocorrendo em sua trajetória histórica são vistas como um ganho que possibilita, ao sujeito regional e à sociedade norte-mineira irem se constituindo, como o ser diverso que são.

O que levou o norte-mineiro, historicamente a ver no outro, pessoa ou ação, alguém ou algo capaz de inovar/mudar a vida contemporânea, alçando-o para um outro patamar de vida? Compreende-se que todas as transformações que ocorreram na trajetória histórica das localidades e da região foram decorrentes da ação de homens e instituições que, vindas de fora, possibilitaram a chegada de elementos de mudança nas condições de vida. Mas essa abertura para o outro não quer dizer necessariamente a negação irrestrita das características que fazem o matiense, em particular, e o baiano, em geral<sup>37</sup>, um ser, cuja cultura privilegia o *encontro*, característico de sociedades vivendo situações de fronteira, como afirmado por Bhabha (1998). Em seu livro *Um Caso Antes dos Noventa*, Antônio Teixeira permite essa compreensão ao cotejar o mineiro da região do ouro com o norte-mineiro. Ele diz que

esta Minas acidentada de montanhas escarpadas e vales férteis e profundos, de ínvios caminhos, esta Minas capixaba, de homens soturnos, fechados, silenciosos, é diferente da nossa Minas baiana de homens palradores, comunicativos. Minas das chapadas estéreis a perder de vista, amplos horizontes, onde o homem corre e o pensamento voa (1975: 85).

A noção de abertura para o além ou para o outro remete-nos para situações de encontros entre indivíduos, entre culturas e temporalidades diferenciadas que se mesclam umas nas outras, seja num processo de absorção de elementos que são reelaborados, seja num processo de choque entre paradigmas sociais diferenciados. Mas esse privilégio do encontro com o outro, pessoa ou ação, não apaga aqueles aspectos estruturantes do *ethos* e *eidós* local. Como um *habitus*, noção primordial na concepção de Pierre Bourdieu (1982), na cosmovisão norte-mineira, a abertura para o outro/valorização da diversidade não só estrutura o modo de ser nessa sociedade, que se dissemina para o corpo social e reflete no modo de agir de cada indivíduo aí vivente. A abertura para o outro é também estruturante da cosmovisão, permanentemente mesclada por camadas de culturas que se encontram e que amalgamam o modo de vida e a cosmovisão regional, num processo histórico de *hibridação*.

Sendo o sujeito em fronteira um ser híbrido, por estar situado em um terceiro espaço, como discutido por Bhabha (1998), o que lhe é recorrente, é o trânsito incessante entre uma e outra margem de duas ou mais sociedades/culturas que se tocam, criando entre elas uma outra realidade que dissolve qualquer elemento para os que aí vivem. Cada margem com uma cosmovisão, uma cultura e uma identidade distinta da outra, ao ser tocada pelos indivíduos que as experienciam, propicia mesclar as dimensões da vida cultural e

<sup>36</sup> Em sua conceituação de cultura, Geertz (1989, 103-104) afirma para a compreensão do modo de vida de um grupamento humano a eficácia de se trabalhar com os conceitos de *ethos* e *eidós*. Para esse autor, o *ethos* de um povo constitui-se como sendo o tom, o caráter, a qualidade de vida, mas, também, seu estilo e disposições morais e estéticas, enquanto o *eidós*, ou sua visão de mundo como sendo o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas idéias mais abrangentes sobre a ordem.

<sup>37</sup> Na contrastividade dessa denominação regional pejorativa, como discutirei no último capítulo, os mineiros permitem ao norte-mineiro, pela discriminação e estigmatização, ver-se distinto e oposto na identidade mineira, o que lhe propicia subjetivações construtoras de consciência identitária diferenciada. Creio ser a denominação “baianeira” mais pertinente para marcar a inclusão e a exclusão vivenciadas.

social, gerando um *ethos* e *eidós* específico, uma identidade misturada, um lugar não definido, pois aberto, receptível a muita coisa, ou seja, um entre-lugar. Pode-se perceber aí quase a negação da afirmação de identidade, pois o sujeito que vive em processos de subjetivação encontra-se, constantemente, recompondo sua identidade. Um modo de vida e uma cosmovisão, assim construídos, são propícios a que o sujeito vivendo em fronteira se veja e seja visto como um ser híbrido, sempre em contato com o que lhe é diferente de uma e outra margem social ou cultural. Esse terceiro espaço é estruturante da abertura para o outro, para o que vem de um e outro lugar e até mesmo de outros lugares, mas também permite a contrastividade identitária, pois, não sendo fixa, é algo em permanente movimento.

**H**á, incessantemente, um absorver de inovações, o que não oblitera o passado, mas que lança as expectativas sociais e individuais para o futuro, para a realização do desejo coletivo de sintonia com o mundo. A realização da idade do ouro no futuro é resultante da atuação conjunta do nativo norte-mineiro e do chegante. Creio poder afirmar que essa interpretação foi construída junto com os matienses, que vêem a idade do ouro como um acontecimento futuro, que vejo possível ser considerada uma característica regional. Como um acontecimento futuro, encontra-se uma concepção de uma visão messiânica do tempo.

Em *Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro (1995), ao discutir o Brasil sertanejo, afirma que o mito do sebastianismo, conhecido por ele em sua infância norte-mineira, é estruturante de uma sociedade messiânica que acredita no retorno de um tempo de glórias e de riquezas. Amparado por essa compreensão é plausível interpretar a concepção de tempo em que o mesmo se tensiona para o futuro. Não estou dizendo que o sebastianismo continua sendo atualizado como um discurso ou uma práti-

ca, mas que, de alguma forma, ele persiste, por meio da noção que se tem do tempo. Em *O Mito do Eterno Retorno*, Eliade (1988) afirma que a história, vista numa concepção cíclica do tempo, concretiza-se pelo retorno das mesmas formas políticas e de uma ordem determinada. Não estou afirmando aqui que na concepção norte-mineira ocorrerá o retorno das mesmas formas políticas e da ordem vigente no início dos tempos, mas sim a instauração de uma realidade econômica e social, que tem algum vínculo com os tempos primordiais da vida social local, sobretudo por transformá-la em um *locus* articulador de outras realidades regionais, quase que replicando os tempos de origem.

**N**essa concepção de tempo, conforme interpreto, vejo, ainda, a ocorrência de duas vertentes distintas de compreensão dessa categoria de entendimento. Para Paul Ricoeur (1979), os filósofos gregos interpretaram o tempo como vinculado ao *mythos* e ao *logos*. Sendo que a primeira concepção se apóia em uma ordem da natureza, por sua visão cosmológica, enquanto a segunda, por ser concebida no plano ético-político, é fundamentada pela ordem humana, que lhe propicia ser algo em movimento. Subjacentes a essas duas concepções, temos as noções de tempo linear, vetorialmente tendido para a sua irreversibilidade, e tempo cíclico, aqui a simultaneidade temporal situa os fenômenos em um mesmo plano. Inicialmente, o tempo é apreendido pela consciência como simultaneidade de temporalidades e de planos, onde os mitos e os heróis civilizadores atualizam-se, por meio de rituais. Posteriormente, com o desenvolvimento da filosofia, a noção de tempo, retirada da ordem da natureza e inserida na ordem humana, passa a ser elaborada como sucessão de acontecimentos vetorialmente tendidos para a sua irreversibilidade. Daí derivaria a noção cristã do tempo – vivido como processo escatológico em que Deus, em sua eternida-

de, cria o tempo terrestre que tem princípio, meio (a encarnação do *logos* no mundo humano) e fim – e a sua imagem científica, considerada como duração pura, segmentada em igual tamanho e valor equivalente. A perspectiva escatológica do tempo não é exclusiva do cristianismo, pois outras cosmovisões, como a judaica, compreendem a vinda de alguém a instaurar o paraíso, que perdido no passado será encontrado no futuro. Em Matias Cardoso, assim como no Norte de Minas, o tempo é vivido e pensado como o tempo messiânico (linear e tendido para o futuro), em cuja trajetória a cidade e a região alcançarão sua idade do ouro.

**E**m resumo, nesta seção procurei discutir a sociedade norte-mineira como uma sociedade em situação de fronteira estruturante e

estruturada a partir de alguns aspectos cruciais que propiciam a sua construção nesta perspectiva. Como disse, a abertura para o além ou para o outro, organizando as relações sociais e a incorporação do estrangeiro, considerando um chegante, na rede de relações sociais de cada localidade e da região como um todo. A articulação da ação do nativo e do chegante produz e produzirá transformações e mudanças na vida social que, no futuro, propiciará à região sua entrada em sua idade do ouro. Mas, também, procurei evidenciar a sociedade e a cultura regional como um *locus* de encontro de culturas, de gentes, de coisas, como um espaço de trânsito, fazendo o sujeito norte-mineiro um ser híbrido, por situar-se em um terceiro espaço, em um entre-lugar distanciado das margens que se tocam e fazem da sociedade norte-mineira uma sociedade em fronteira.

---

#### Referências

ABREU, Capistrano. *Capítulos da História Colonial (1500-1800)*. 7 ed. São Paulo: Publifolha, 2000. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1997.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. “A Oeste de Tordesilhas. In *Mais*, 17 set 2000, Folha de São Paulo, pp. 30-31.

ARAÚJO, Alberto Vieira de. *Curvelo do Padre Corvelo. Notas Históricas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

BARRETO FILHO, Henyo T. “Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”. Palestra apresentada no Workshop *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. São Paulo, 19 a 23 de maio de 2002.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOLLE, Willi. “grandesertão.br ou: a invenção do Brasil”. In MADEIRA, A. e VELOSO, M. (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2000, pp. 165-240.

BOURDIEU, Pierre. *Les Sens Pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1982.

BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos Caminhos da História*. São Francisco: Lemi, 1977.

BRITO, Valéria Esteves de, e Outros. *Negros de Maravilha: Abandonados e Esquecidos, agora Lembrados. Diagnóstico Cultural, Sócio-Econômico e Político*. Montes Claros: FUNORTE; Catuti: Prefeitura Municipal 2003 (mimeo).

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Editora Nacional, 1940. Brasileira, Vol. 181.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado. Pesquisas de Antropologia Política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CORREIA, Cloude de Souza. *Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. Dissertação de Mestrado.

COSTA, João Batista de Almeida. “Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas”. In, SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas. Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, pp. 77-98.

\_\_\_\_\_. *Do Tempo da Fatura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos. Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1999. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. “Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba: Novas Categorias Sociais e a Visibilização do Invisível na Sociedade Brasileira”. In *Pós: Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Ano V, 2001, pp. 99-122.

- \_\_\_\_\_. *Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência*. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia. 2003. Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_. “A reescrita da História, a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no norte de Minas”. In *Revista Verde Grande*. Montes Claros, v. 1., pp. 12-27, 2005 a.
- \_\_\_\_\_. *Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão: a população tradicional vereadeira do Assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais*. Brasília: Funatura; IPHAN, 2005 b (mimeo).
- COSTA SILVA, René Marc. *Por onde o Povo Anda... A Construção da Identidade Quilombola dos Negros de Rio das Rãs*. Brasília: Departamento de História, 1998. Tese de Doutorado.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. 39 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: Publifolha, 2000. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.
- CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, João P. R. et alli (orgs.), *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios*. ISA/Estação Liberdade, 2001, p. 299-305.
- D'ANGELIS FILHO, João Silveira. *Políticas locais para o des-envolvimento local no Norte de Minas: uma análise das articulações local e supra local*. Temuco, Chile: 2005.
- D'ANGELIS FILHO, João Silveira e outros. *Gurutubanos: O Ambiente e a Produção no Vale do Gurutuba*. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas: 2003 (mimeo).
- DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, 1998. Dissertação de Mestrado.
- DIEGUES, Antônio C. e ARRUDA, Rinaldo S.V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.
- DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. “Algumas Formas Primitivas de Classificação”. In MAUSS, Marcel, *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981, pp. 399-455. Coleção Estudos.
- ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70. 1988. Perspectiva do Homem.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2 volumes.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. 36 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- HOBSBAWN, Eric, RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.
- JACINTO, Andréa Borghi. *Afluentes da memória: Itinerários, Tapetas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Campinas: Universidade de Campinas, 1998. Dissertação de Mestrado.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. Reconquista do Brasil, Nova Série, Volume 27.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Totemismo Hoje*. Lisboa: Edições 70, 1986. Perspectivas do Homem.
- LITTLE, Paul Elliot. “Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. In *Anuário Antropológico, 2002/2003*, pp. 251-290, 2005
- MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 48ª ed., 1983.
- OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. *A Luta Política é uma coisa, a Índigena é a História do Povo: Um estudo das relações entre os Xakriabá e os Regionais*. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2004. Monografia de Graduação.
- OLIVEIRA, Cláudia Luz de. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte:UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.
- PIERSON, Donald. *O Homem do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972, Tomo II.
- PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Minas Gráfica, 1979.
- RAMOS, Alcida Rita. *Hierarquia e Simbiose: Relações Intertribais no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Petrópolis, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, Cassiano. *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura

RICOEUR, Paul. "Introducción". In UNESCO, *Las Culturas y El Tiempo*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1979.

\_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papirus, 1997. 3 volumes.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xariabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras*. Brasília: DAN/UnB, 1997 (Dissertação de Mestrado).

TAUNAY, Affonso de Escagnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1948, 11 volumes.

TEIXEIRA, Antônio Augusto. *Um Caso antes dos Noventa*. Belo Horizonte: O Lutador, 1975.

VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo*. Belo Horizonte:

Biblioteca Mineira de Cultura, 1944, Volume XV.

VIANA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Baianos*. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

VIANNA, Lucila Pinsard. *Considerações Críticas sobre a Construção da Idéia de População Tradicional no Contexto de Unidades de Conservação*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, FFLCH/USP, 1996.

VIDAL E SOUZA. *A Pátria Geográfica. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiania: Ed.UFG, 1997.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. 2 Volumes. Coleção Baiana.

ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII* São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1990. Estudos Históricos.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1995.

Elisa Cotta



Tronco de pequiheiro – Alimento e remédio – Minas Novas – MG



Anciã – Depositário da cultura oral das populações tradicionais



Aroeira – Mata Seca – Grão Mogol – MG